



ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Edital nº 021/2018 ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para **Curso de Formação de Oficiais PM (CFO PM/2019)**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Mata**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Formação de Oficiais PM (CFO PM/2019)**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Mata**, da Academia Integrada de Defesa Social.

**1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO**

1.1 Das vagas para coordenador:

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	1886	Ser Oficial da PMPE, possuir o curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES e, preferencialmente, servir no CEMATA.	02

1.2 Das vagas para instrutores titulares:

Disciplinas	C/H	Requisitos	Vagas
História da PMPE	20	Ser Oficial PMPE, Licenciado ou Bacharel em História, ou com formação em Ciências Sociais.	02
Sistema de Segurança Pública no Brasil	30	Ser Oficial PMPE/CBMPE ou Delegado, possuidor de Especialização na área.	02
Administração Pública Aplicada	30	Ser Oficial PMPE/CBMPE, possuidor de curso de Administração, Especialização na área ou curso com ênfase na área.	02
Gestão de Pessoas	40	Ser Oficial PMPE/CBMPE e ou Delegado, possuidor de curso de Administração ou curso com ênfase em gestão de pessoas.	02
Gestão Orçamentária e Financeira	40	Ser Oficial PMPE/CBMPE e ou Delegado, possuidor de curso de Economia, Administração, Ciências Contábeis ou curso com ênfase em gestão orçamentária e financeira.	02
Gestão de Logística	40	Ser Oficial PMPE/CBMPE e ou Delegado, possuidor de curso de Administração ou curso com ênfase em gestão de materiais ou logística.	02
Psicologia Aplicada	30	Ser Oficial da PMPE, com Formação em Psicologia ou Especialização na área.	02
Fundamentos de Polícia Comunitária	30	Ser Oficial da PMPE, possuidor de Especialização ou Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária.	02
Direitos Humanos Aplicados à Atividade Policial	30	Ser Oficial da PMPE, com formação jurídica ou Especialização em Direitos Humanos, preferencialmente com especialização na área	02
Polícia Judiciária Militar	40	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com formação jurídica.	02
Processo Administrativo Disciplinar Militar	40	Ser Oficial PMPE/CBMPE, com formação jurídica, ou curso de capacitação na área de Direito Administrativo Disciplinar Militar, preferencialmente especialização na área.	02
Educação Física para a Qualidade de Vida I	60	Ser Oficial da PMPE/CBMPE ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	02
Educação Física para a Qualidade de Vida II	60	Ser Oficial da PMPE/CBMPE ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	02
Prática Desportiva I	50	Ser Oficial da PMPE/CBMPE ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	02
Prática Desportiva II	50	Ser Oficial da PMPE/CBMPE ou Delegado, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	02
Telecomunicações	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE, possuidor de Especialização ou Cursos na área.	02
Tecnologia da Informação e Comunicação	30	Ser Oficial PMPE/CBMPE, possuidor de Especialização ou Cursos na área.	02
Inteligência Policial	30	Ser Oficial da PMPE, possuidor de Curso na área, experiência como docente na disciplina e cadastro no Sistema de Inteligência da SDS.	02
Documentação Técnica	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Ética Profissional e Cidadania	30	Ser Oficial da PMPE, possuidor de curso com ênfase na temática.	02
Ordem Unida I	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com experiência de ensino na temática.	02
Ordem Unida II	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com experiência de ensino na temática.	02
Metodologia da Pesquisa Científica	30	Ser, Oficial PMPE/CBMPE ou Delegado, possuidor de titulação de Especialista, Mestre ou Doutor, em instituição de ensino superior, com comprovada autoria de trabalho científico.	02
Teoria e Prática de Ensino	30	Ser Oficial PMPE/CBMPE, possuidor de titulação de Especialista na área, Mestre ou Doutor em Educação.	02
Trabalho de Conclusão de Curso	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE ou Delegado, preferencialmente possuidor de titulação de Especialista, Mestre ou Doutor, em instituição de ensino superior, com comprovada atividade	02

		de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.	
Instrução Geral	40	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com experiência de ensino na temática.	02
Defesa Pessoal I	30	Ser Oficial da PMPE, e ser graduado em arte marcial com experiência de ensino na temática.	02
Defesa Pessoal II	30	Ser Oficial da PMPE, e ser graduado em arte marcial com experiência de ensino na temática.	02
Pronto Socorrismo	40	Ser Oficial do CBMPE, com Curso na área e experiência de ensino na temática.	02
Uso Diferenciado da Força	30	Ser Oficial da PMPE, com Curso presencial na área e experiência de ensino na temática.	02
Gerenciamento de Crises	30	Ser Oficial da PMPE, possuidor de curso presencial na área e experiência de ensino na temática.	02
Procedimento em Ocorrências	50	Ser Oficial PMPE, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Legislação Militar Estadual	40	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com formação jurídica, experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Direito Penal Militar	40	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com formação jurídica, experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Direito Processual Penal Militar	40	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com formação jurídica, experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Planejamento Estratégico	40	Ser Oficial PMPE/CBMPE, possuidor de Especialização ou Cursos na área.	02
Planejamento Operacional de Policiamento	40	Ser Oficial PMPE, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Trabalho de Comando	30	Ser Oficial PMPE, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Economia Aplicada ao Setor Público	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE ou Delegado, possuidor de Curso de Economia ou Especialização na área econômica.	02
Gestão por Resultados e Avaliação de Políticas Públicas	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE, com experiência na área e/ou especialista na área, ou Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão com experiência na área de gestão por resultados.	02
Patrulhamento Urbano	40	Ser Oficial da PMPE, possuidor de cursos na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Emprego de Armas Menos Letais	30	Ser Oficial da PMPE, possuidor de curso presencial na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Abordagem a Pessoas	50	Ser Oficial da PMPE, possuidor de cursos na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Abordagem a Veículos	50	Ser Oficial da PMPE, possuidor de cursos na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Abordagem a Edificações	50	Ser Oficial da PMPE, possuidor de cursos na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	02
Preservação de Local de Crime	30	Ser, preferencialmente, Perito Criminal, com experiência de ensino na temática.	02
Armamento e Munição	60	Ser Oficial da PMPE, possuidor do Curso de Instrutores de Armamento, Munição e Tiro Policial	02
Tiro Policial	50	Ser Oficial da PMPE, possuidor do Curso de Instrutores de Armamento, Munição e Tiro Policial	02
Tiro Defensivo na Preservação da Vida (Método Giraldi)	36	Ser Oficial da PMPE, possuidor do Curso de Instrutor de Tiro Defensivo na Preservação da Vida (Método Giraldi).	02
Manobras Acadêmicas Urbanas	50	Ser Oficial da PMPE, preferencialmente possuidor do Curso de Operações Especiais.	05
Manobras Acadêmicas Rurais	50	Ser Oficial da PMPE, preferencialmente possuidor do Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga.	05

### 1.3 Das vagas de instrutores Secundários:

Disciplinas	C/H	Requisitos	Vagas
Educação Física para Qualidade de Vida I	60	Ser Oficial ou Graduado da PMPE/CBMPE, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	02
Educação Física para Qualidade de Vida II	60	Ser Oficial ou Graduado da PMPE/CBMPE, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	02
Abordagem a Pessoas	50	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, possuidor de cursos na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	04
Abordagem a Veículos	50	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, possuidor de cursos na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	04
Abordagem a Edificações	50	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, possuidor de cursos na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	04
Manobras Acadêmicas Urbanas	50	Ser Oficial ou Praça da PMPE, preferencialmente possuidor do Curso de Operações Especiais.	06
Manobras Acadêmicas Rurais	50	Ser Oficial ou Praça da PMPE, preferencialmente possuidor do Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga.	06
Defesa Pessoal I	30	Ser, preferencialmente, Oficial ou Graduado da PMPE, com graduação em arte marcial com experiência de ensino na temática.	02
Defesa Pessoal II	30	Ser, preferencialmente, Oficial ou Graduado da PMPE, com graduação em arte marcial com experiência de ensino na temática.	02
Prática Desportiva I	50	Ser Oficial ou Graduado da PMPE/CBMPE, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	02
Prática	50	Ser Oficial ou Graduado da PMPE/CBMPE, possuidor de Licenciatura em Educação Física ou equivalente realizado em	02

Desportiva II		Instituição de ensino civil ou militar e, preferencialmente, estar devidamente cadastrado no CREF.	
Emprego de Armas Menos Letais	30	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, possuidor de curso presencial na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	04
Armamento e Munição	60	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, possuidor do Curso de Instrutores de Armamento, Munição e Tiro Policial	06
Tiro Policial	50	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, possuidor do Curso de Instrutores de Armamento, Munição e Tiro Policial	06
Tiro Defensivo na Preservação da Vida	36	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, possuidor do Curso de Instrutor de Tiro Defensivo na Preservação da Vida (Método Giraldi).	06
Ordem Unida I	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com experiência de ensino na temática.	02
Ordem unida II	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE, com experiência de ensino na temática.	02
Pronto socorrismo	40	Ser Oficial ou Graduado do CBMPE, com Curso na área e experiência de ensino na temática.	04
Uso Diferenciado da Força	30	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, com Curso presencial na área e experiência de ensino na temática.	04
Patrulhamento Urbano	40	Ser Oficial ou Graduado da PMPE, possuidor de cursos na área, com experiência de ensino e/ou prática na temática.	04

## 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

### 2.1. Condições Gerais

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413, de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br), e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 e Decreto Estadual nº 44.089, de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) Horas-Aulas ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica dar-se-á mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) Horas-Aulas.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das Horas-Aulas aos vencimentos.

## 3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 021/2018 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br) e vão até o dia **09/12/2018**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413, de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilita(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

## 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
CEL PM	2041-9	EDUARDO MARCELO DE ALBUQUERQUE SOUGEY	CEMATA
MAJ PM	910.530-1	IVALDO BEZERRA DA SILVA	CEMATA
MAJ PM	950.684-5	CARLOS ALBERTO PEREIRA DO NASCIMENTO	GICAP/SDS
SGT BM	798.053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a titularidade, requisitos e pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar **estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino**.

**4.15. O instrutor Conteudista que se candidatar a vaga de instrutor titular ou instrutor secundário, caso não entregue o material didático (pladis, apostila, slide e questões de prova) na data estipulada pelo Comando do Campus de Ensino Mata, será automaticamente excluído do certame.**

## 5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail [uafgicap@gmail.com](mailto:uafgicap@gmail.com) e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993, de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As Horas-Aulas ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de Horas-Aulas, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém, aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03 (três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

## 6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

## 7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, [www.acides.pe.gov.br](http://www.acides.pe.gov.br), a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife-PE, em 29 de novembro de 2018.

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI  
Secretário de Defesa Social

## ANEXO I

### CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, <b>confirmação recadastramento</b> e da existência de currículo do candidato na <b>Plataforma Lattes</b> e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 14/12/2018	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a <b>Autorização da Chefia Imediata</b> (anexo III) no <b>Encontro Pedagógico</b> .	A DEFINIR	CEMATA
4	<b>Encontro Pedagógico</b>	A DEFINIR	CEMATA
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

**Secretaria de Defesa Social**  
**Academia Integrada de Defesa Social**  
Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008  
CNPJ : 02.960.040/0002-91

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, Órgão de Origem PMPE, atualmente exercendo a função de \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 alterado pelo Decreto Estadual nº 44089 de 06FEV17, que o(a) servidor(a), \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, Órgão de Origem PMPE, lotado no(a) \_\_\_\_\_, **possui conhecimento prático sobre:** \_\_\_\_\_, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no(a) \_\_\_\_\_, Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

---

Nome da Chefia Imediata – Posto e Matrícula

Carimbo

**ANEXO III**

**AUTORIZAÇÃO DE CHEFIA IMEDIATA**

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**

**GERÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA**

**GERÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

**ACIDES-PE**

*Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social*

**AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA**

Eu, \_\_\_\_\_, mat. \_\_\_\_\_, CPF. \_\_\_\_\_, solicito autorização para ministrar aulas na disciplina \_\_\_\_\_, do **Curso de Formação de Oficiais (CFO PM)**, no período de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ à \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, como instrutor \_\_\_\_\_ e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das Horas-Aulas ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993, de 29DEZ16, alterado pelo Decreto Estadual nº 44.089, de 06FEV17).

Recife, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

---

Nome / Posto / Matrícula

Autorizo,

Em, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

## ANEXO IV

### EMENTAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

#### HISTÓRIA DA PMPE

#### CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Possibilitar ao futuro profissional de segurança pública o conhecimento da História da PMPE e sua importância para o entendimento de sua cultura institucional e suas relações com a sociedade pernambucana. Além disso, desenvolver habilidades voltadas para o entendimento da História Policial dentro de um contexto voltado para a Nova História Militar propriamente dita. Visa também permitir uma ampla compreensão da importância da história dentro de um contexto de segurança pública

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. História Militar (Conceitos e Reflexões)
  - 1.1 A História Militar e a derrota clausewitziana
  - 1.2 A Nova História Militar: temas e objetos
  - 1.3 A polícia na vida política
    1. História Policial Militar no Brasil do século XIX
2. Segurança Pública em Pernambuco antes da PMPE (Séculos XVII E XVIII)
  - 2.1 Cotidiano e resistência
  - 2.2 O emprego de tropas militares
  - 2.3 A inutilidade das tropas.
    2. O valor dos soldados (resistência, castigos e punições)
3. A Formação dos Aparatos Policiais no Recife do Século XIX (1825 – 1850)
  - 3.1 Recife primeira metade do século XIX – uma cidade rebelde
  - 3.2 Formação do Corpo de Polícia de Pernambuco
    - 3.2.1 – Aspectos organizacionais
      1. – Primeiros regulamentos
4. O Corpo de Polícia na segunda metade do oitocentos
  - 4.1 O Corpo de Polícia na década de 1860
  - 4.2 O Corpo de Polícia entre os anos de 1870 e 1880
    4. A Polícia e as críticas da sociedade do século XIX
5. A Polícia nas primeiras décadas do Século XX
  - 5.1 De Mercado a Quartel: O quartel do Derby
  - 5.2 Polícia Militar e segurança pública nas primeiras décadas do século XX
    5. Polícia Urbana e a Polícia Rural: o processo de interiorização da Força Policial.
6. Tropas Volantes Pernambucanas e o combate ao cangaço
  - 6.1 Surgimento do cangaço e das tropas volantes
  - 6.2 Alistamento e disciplina militar
  - 6.3 Os temidos Nazarenos
  - 6.4 As estratégias de ação contra o cangaço
    - 6.4.1 A estratégia
    - 6.4.2 O conflito
    - 6.4.3 Mortos e Feridos
    - 6.4.4 O combate aos coiteiros
    - 6.4.5 A morte de Lampião e o efeito dominó
    - 6.4.6 “o fim das Tropas Volantes – 1940.

6. Pau de Colher (1938)
7. A Polícia Militar e a Revolução de 1930
7. Crise Política e crise nos quartéis
7. A lutar interna nas casernas
8. A Polícia Militar e a lutar para impedir o Golpe Civil Militar de 1964.
9. A Polícia Militar e os primeiros anos do Século XXI – Mudanças estruturais e culturais. (reflexões)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBUQUERQUE, André Carneiro. **Pau de Colher: a guerra dos caceteiros**. Monografia (Especialização em História Militar). Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL. 2010.
- ALBUQUERQUE, André Carneiro. **Capitães do Fim do Mundo: As Tropas Volantes Pernambucanas (1922 – 1938)**. Rio de Janeiro: Autografia, Recife, PE: EDUPE, 2016.
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma análise Internacional Comparativa**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. Rio de Janeiro: FAPERJ, Mauad, 2000.
- BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FERRAZ, Marilourdes. **O canto do acauã: das memórias do Cel. Manoel de Souza Feraz (Manoel Flor): a luta das Forças Volantes contra os cangaceiros**. 3.ed. revisada e ampliada. Recife: COMUNIGRAF, 2011.
- GUEIROS, Optato. **Lampião: Memórias de um oficial Ex-Comandante de Forças Volantes**. 2 ed. São Paulo: 1953.
- KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Emmanuelle Valeska Guimarães de. **“Não temos governo não temos polícia” Os jornais e a crítica aos aparatos policiais no Recife oitocentista (1850 -1874)**. Dissertação (Mestrado em História Social e Cultural) Recife.
- LIRA, João Gomes de. **Lampião: Memórias de um Soldado de Volante**. Recife: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/FUNDARPE e Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 1990.
- MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. Recife: Tese de Doutorado, CFCH, UFPE, 2001.
- MARQUES, Ana Cláudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELA, Jorge Luis Mattar. **Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir território em movimento**. Itajaí: Univali, 1999.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011.
- MELLO, Frederico Pernambucanos de. **Estrelas de Couro: A estética do cangaço**. 2 ed. – São Paulo: Escrituras Editora, 2012.
- MONTEIRO, Roberto Pedrosa. **O outro lado do cangaço: as forças volantes em Pernambuco: 1922-1938**. Recife: Ed. Do Autor, 2004.
- NETO, José Malta de Sá. **David Jurubeba, um herói nazareno**. Recife-PE: Ed. do Autor, 2004.
- SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.
- SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- TORRES FILHO, Geraldo Ferraz de Sá. **Pernambuco no tempo do cangaço: Theophanes Ferraz Torres, um bravo militar, 1894 - 1925**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 2002, v. I.
- TORRES FILHO, Geraldo Ferraz de Sá. **Pernambuco no tempo do cangaço: Theophanes Ferraz Torres, um bravo militar, 1926 - 1933**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 2011, v. II.
- VILLELA, Jorge Mattar. **Cangaço e formação de bandos armados no sertão do estado de Pernambuco**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, v.1, nº002, pp.143163. 2001.
- VILLELA, Jorge Mattar. **O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
920497-0	TC PM	ANDRÉ CARNEIRO DE ALBUQUERQUE

**EMENTA:** A disciplina se alvitra a colaborar para que o futuro Oficial possa debater sobre os principais paradigmas do Sistema de Segurança Pública descritos na Constituição Federal no que tange as atribuições das Instituições Segurança Pública. Além de permitir conhecer a relação dos policiais com o Judiciário e o Ministério Público, bem como entender o impacto dos desafios do Sistema Prisional Brasileiro na segurança pública. No contexto atual da violência e criminalidade, é de terminante seriedade que o profissional de segurança pública domine uma abordagem sistêmica da Segurança Pública que caminha para construção de Sistemas de Defesa Social com destaque para visão holística, integrada e compartilhada de estruturas interligadas, que respeite a autonomia institucional dos entes que compõem este sistema. Por isso, a necessidade de conhecer os modelos de gestão e políticas de segurança pública em desenvolvimento no país e em Pernambuco, e especial o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o Pacto pela Vida (PPV).

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Conceitos fundamentais de ordem pública, segurança pública, polícia (administrativa e judiciária); Controle social, Prevenção e Repressão à criminalidade e à violência; Sistema de Segurança Pública do Brasil.
2. Atribuições das instituições de segurança pública.
3. Abordagem sistêmica da segurança pública.
4. Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal.
5. Controle interno e externo das instituições de segurança pública.
6. Políticas públicas: formulação, implantação, avaliação e acompanhamento: Planos de segurança pública (nacional, estadual e municipal).
7. Análise de cenários e perspectivas da segurança pública no Brasil e em Pernambuco.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacionalmente comparativa**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARAES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz e ABREU, Sérgio Roberto de. **A Transição de Uma Polícia de Controle parágrafo Uma Polícia Cidadã**. São Paulo Perspec. [online]. 2004, vol.18, n.1, pp. 119-131. ISSN 1806-9452.
- BENÔNI, C.P. ; RAMOS, K. M. C. **.Formação profissional nas Academias de Polícia: reflexões sobre a construção de política formativa voltada para proteção dos Direitos Humanos**. Revista Doutrinal , v. 03, p. 104-119, 2014.
- BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.
- CERQUEIRA, C. M. N. **A polícia em uma sociedade democrática**. In: Polícia, violência e direitos humanos. CEDOP, [S.l.]. Série Cadernos de Polícia, n. 20, 1994.
- GRECO, Rogério. **Atividade policial**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.
- GUIMARÃES, Rodrigo Régner Chemiu. **Controle externo da atividade policial no Brasil, em Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público**. Curitiba, PR: Juruá, 2002.
- KAHN, T. 2002. **Velha e nova polícia: polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual**. São Paulo: Sicurezza, 2002.
- KANT DE LIMA, Roberto. **Políticas de Segurança Pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas**. In: Anais do Seminário Internacional Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais. Jorge Zaverucha e Maria do Rosário Negreiros Barros (Org.); Fundação Joaquim Nabuco, Escola de Governo e Políticas Públicas, Recife: Ed. Massangana, 2002, p. 199 – 220.
- MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa: sociologia da Força Pública**. São Paulo: Edusp, 2001.
- MONJARDET, Dominique. **O que a faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo: Edusp, 2003.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, vol. 9, n. 1, 1997.
- ROCHA, Luiz Carlos. **Organização policial brasileira: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, Guardas Municipais**. São Paulo: Saraiva, 1991.
- ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.
- SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Estud.av. [online].2007, vol.21, n.61, pp. 77-97.
- TONRY, Michael & MORRIS, Norval. **Policiamento Moderno**. EDUSP. São Paulo-SP, 2003.

#### **CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
950684-5	MAJ PM	CARLOS ALBERTO PEREIRA DO NASCIMENTO

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Conceitos gerais da administração pública; Administração científica e a administração pública; Evolução histórica da administração pública no Brasil; Princípios legais da administração pública; Organização da administração pública; Estrutura Organizacional do Estado e da PMPE; Formas de controle da administração pública; Gestão pública de excelência.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Estado, governo e administração;
2. Conceituação de administração pública;
3. Diferença entre administração e gestão;
4. Diferença entre gestão pública e privada;
5. Eficiência, eficácia e efetividade;
6. Centralização e descentralização;
7. Concentração e desconcentração;
8. Governança, governabilidade e accountability;
9. Diferença entre função e Cargo;
10. Mandala das teorias da administração científica no tempo;
11. Os paradigmas da administração pública no Brasil;
12. Artigo 37 da Constituição Federal – A administração Pública;
13. Conceituação de Administração Direta e Indireta;
14. Conceituação dos entes da administração indireta: Fundações, Autarquias, Sociedade de Economia mista, Empresa Pública, Agências reguladoras, Agências executivas, consórcio público e terceiro setor;
15. Definir Órgãos e agentes Públicos;
16. Definir os Poderes e deveres do administrador Público.
17. Conceituação e investidura dos agentes públicos;
18. Definir PPA, LDO e LOA;
19. Conceituar Estrutura Organizacional;
20. Conceituar Comportamento e cultura organizacional;
21. Conhecer a Estrutura Organizacional do Estado;
22. Conhecer a Estrutura Organizacional da PMPE;
23. Noções gerais da Lei de Organização Básica da PMPE;
24. Noções gerais do cotidiano administrativo na OME;
25. Principais organismos de controle da gestão Pública;
26. Classificação geral dos tipos de controle ;
27. Definição do conceito de qualidade;
28. O modelo de excelência da FNQ (Fundação Nacional da Qualidade).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**: Uma visão geral e abrangente da moderna administração das organizações. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COSTA, Frederico. **Prefácio a uma história da administração pública brasileira**. In: Encontro da Anpad, 23, Rio de Janeiro, 2008. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92)**. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, São Paulo: v. 34, n. 3, p. 41-48, Mai./Jun. 1994.

LEAL, Rogério Gesta. **Controle da administração pública no Brasil**. Anotações críticas in Revista de Direito Administrativo e Constitucional. Belo Horizonte: Fórum, ano 5, n. 20, Abril/Jun., 2005.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 16 ed. Atual, 2 Tr. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MOREIRA, Antônio Albano B. **Teoria Geral da administração**. Curitiba: Fael, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estrutura organizacional: Uma abordagem para resultados e competitividade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014;

PALUDO, augustinho Vicente. **Administração Pública**: Teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010;

PERNAMBUCO. **Lei nº 11.328**, de 11 de JANEIRO DE 1996 (Lei de Organização Básica)

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME

970039-0	MAJ PM	ALDO JOSÉ BEZERRA OLIVEIRA
----------	--------	----------------------------

## GESTÃO DE PESSOAS

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Proporcionar ao futuro Oficial da Polícia Militar de Pernambuco conhecer a evolução de conceitos: de recursos humanos a gestão de pessoas, possibilitando sua aplicação no desenvolvimento de suas atividades profissionais na Corporação; o impacto da cultura e clima organizacional e a importância do trabalho em equipe; como colaborar num treinamento, desenvolvimento e educação de acordo com o contexto organizacional; a gestão de desempenho de pessoas na PMPE e identificar o papel das áreas de recursos humanos e a sua colaboração para o desenvolvimento organizacional e na qualidade de vida no trabalho, desde o ingresso na Corporação até sua transferência para a inatividade, compreendendo os fundamentos da gestão de pessoas como estratégia organizacional ao desenvolvimento de uma política de gestão voltada para valorização dos talentos na Organização Militar Estadual.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à Gestão de Pessoas
2. Conceito de gestão de pessoal
3. Diferentes significados de gestão de pessoas e seus objetivos
4. Conceito de gestão de pessoas no serviço público
5. A moderna Gestão de Pessoas
6. A Gestão de Pessoas em um ambiente dinâmico e competitivo
7. Relações interpessoais – conceito e fundamentos
8. Cultura, clima organizacional e trabalho em equipe
9. Mudança no serviço público e sua resistência
10. Entendendo a motivação e suas teorias
11. Motivação Interna e externa
12. O Planejamento Estratégico da Gestão de Pessoas
13. Recrutamento e seleção de pessoal
14. Avaliação do desempenho humano
15. Treinamento e desenvolvimento de pessoas
16. Remuneração e programas de incentivo
17. Banco de talentos e seu gerenciamento
18. A administração de pessoas no âmbito das instituições públicas
19. Qualidade de vida na gestão de pessoas
20. Reflexão sobre os desafios da implementação de uma política efetiva de gestão de pessoas na PMPE.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BERGUE, S. T. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**. 2. ed. rev. e atual. Caxias do Sul: Educs, 2007. BOOG, M.; BOOG, G. **Manual de Gestão de Pessoas e Equipes**. V. 1. São Paulo: Editora Gente, 2002.
- ARAÚJO, Luis César G. de & GARCIA, Adriana Amadeu: **Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional** – São Paulo: Ed. Atlas, 2009.
- LEURY, Maria Tereza Leme (Coord.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Ed. Gente, 2002.
- DUTRA, Joel Souza. **Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna**. São Paulo: Ed. Atlas., 2004.
- CAVALCANTI, Vera Lucia et al. **Liderança e motivação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia: uma introdução ao estudo de Psicologia/ Ana Mercês Bhai Bock, Odair Furtado, Maria de Lurdes Trassi Teixeira**. 13 ed. reform. e ampl. São Paulo-SP: Saraiva, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Davidoff, Linda L.. **Introdução à Psicologia**; 3 ed., São Paulo-SP: Makron Books, 2001.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3 Ed, Campus São Paulo: Ed. Elsevier, 2008.
- FIGLIOLI, José Osmir. **Psicologia para administradores: integrando Teoria e Prática**. 5 ed; 3º reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.
- BANOV, Márcia Regina. **Psicologia no Gerenciamento de Pessoas**. 1 ed.- 2º reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME

930048-1	MAJ PM	JEFFERSON BENTO DA SILVA
----------	--------	--------------------------

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Criar condições e desenvolver habilidades que propiciem ao futuro Oficial compreender e realizar atividades vinculadas à Gestão Orçamentária e Financeira na Corporação, tudo fundamentado nas normas legais que balizam a gestão no âmbito público.

### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

1. Orçamento Público:
  - 1.1 Origem e conceito
  - 1.2 Princípios Orçamentários
  - 1.3 Elaboração e execução do Orçamento – Ciclo Orçamentário
2. Receita Pública:
  - 2.1 Conceito e classificações
  - 2.2 Fases da Receita
3. Despesa Pública:
  - 3.1 Conceito e classificações
  - 3.2 Fases da Despesa
4. Provisão de Crédito Orçamentário e Programação Financeira
5. Créditos Adicionais, Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores
6. Suprimentos Individual e Institucional
7. Sistema Efisco
8. Licitação
  - 8.1 Conceito, finalidade, modalidades
  - 8.2 Comissões Permanentes de Licitação
9. Contratos Administrativos
10. Prestação e Tomada de Contas

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Constituição Federal de 1988.
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Lei Estadual nº 7.741, de 23 de outubro de 1978 – Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública – Teoria e Prática**. 9 ed., São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- FORTES, João. **Contabilidade Pública – Teoria e Prática**. 8 ed., Brasília: Franco & Fortes, 2005.
- JUND, Sergio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- Suprimento Individual – Cartilha de Orientação da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco
- Manual do Suprimento Institucional para Gestores - Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco

### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930074-0	MAJ PM	ADRIANO NOVAES CABRAL

## CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS

**EMENTA:** No mundo globalizado em que nos encontramos hoje, observamos a necessidade de nos mantermos atualizados, como gestores públicos, assim a disciplina de Gestão de Logística, vem possibilitar ao futuro Oficial da PMPE, uma visão do sistema de logística da corporação, bem como sua aplicabilidade para com as demais áreas da corporação. Objetivando uma gestão com sucesso, uma vez devidamente apoiadas pela área de logística, além de fundamentar a gestão logística da corporação, junto aos demais órgãos públicos e privados com práticas atualizadas voltadas para o mercado público e privado.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceito, histórico, abrangência e correlação com a gestão logística.
2. Gestão de recursos materiais na gestão pública.
3. Características do gestor de logística.
4. Responsabilidade dos agentes da administração.
5. Sistemas de compras e serviços – fluxo da execução da despesa.
6. Principais legislações aplicáveis ao sistema de gestão de recursos de materiais na PMPE.
7. Método para especificação técnica de bens e serviços.
8. Elaboração de termo de referência, fiscalização contratual e administração de almoxarifado.
9. Gestão de patrimônio, gestão de frota e gestão de armamento.
10. Estudo de caso de um artigo científico, de Gestão de Logística da PMPE.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Liker, Jeffrey K. O Modelo Toyota: manual de aplicação. Editora Bookman, 2007.
- Siqueira, Ioni patriota, manutenção centrada na confiabilidade: manual de implementação, Editora Qualitymark, 2014.
- Freire, Alexandre, A Arte de Gerenciar Serviços – Quando o espírito humano supera a ciência da gestão, Strong consultoria educacional, 2009 .
- Trosa, Sylvie, Gestão publica por resultados : Quando o estado se compromete , ENAP , 2001 .
- Gestao logistica do transporte de cargas / Jose Vicente Caixeta Filho, Ricardo Silveira Martins (organizadores) ,editora Atlas, 2011 .
- Apostila Básica do Curso de Gestão de Materiais e Logistica, Cel CBMPE - Clovis Fernandes Dias Ramalho.
- Apostila de Gestão de Logística na PMPE, Ten Cel PMPE – Luciano Nunes da Silva.

### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
910596-4	TC PM	LUCIANO NUNES DA SILVA

## PSICOLOGIA APLICADA

### CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Capacitar o futuro Oficial da PMPE a empregar os conceitos de psicologia nos relacionamentos interpessoais e na condução de tropas para atuar com equilíbrio emocional nos diversos contextos profissionais, conflitos e ocorrências onde o fator psicológico seja determinante para resolução de problemas, com especial atenção a desequilíbrios comportamentais e emocionais.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à Psicologia Geral e Aplicada à Atividade Policial Militar
  - 1.1 Principais definições e conceitos em Psicologia Geral: Sensação, percepção, pensamento, inteligência, emoção, comportamento, motivação, linguagem, neurose, psicose e principais transtornos.
2. Processos Psicológicos e seu papel nos fenômenos cotidianos
  - 1.2 Processos psicológicos e seu papel na constituição, concepção e compreensão de fenômenos cotidianos e da vida mental, especialmente os relacionados à atividade policial militar.
3. Saúde Mental
  - 3.1 Principais riscos laborais à saúde mental do policial
  - 3.2 Principais transtornos e suas características

- 3.2.1 Transtornos de Humor
- 3.2.2 Transtornos de Ansiedade
- 3.2.3 Transtornos de Personalidade
- 3.3 Estresse ocupacional e Burnout
- 3.4 Suicídio e atividade policial
- 4. Prevenção em Saúde Mental

4.1 Orientações e ações preventivas em saúde mental no serviço policial militar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- COSTA, Samuel. **Psicologia Militar: sobtensão: estresse e emoção** 1 ed Rio de Janeiro: Silvacosta, 2012.
- DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas do Sul, 2000.
- DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
- DAYSE, M. (Org.). **Por que Policiais se Matam?** 1 ed., Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.
- STERNBERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva**. 4 ed., Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
980815-9	MAJ PM	ANDREZA DE ARAÚJO SILVA
980053-0	MAJ PM	VANESSA DA SILVA SANTOS FRANÇA

### FUNDAMENTOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Visão Global e Nacional de Polícia Comunitária. Introdução, conceitos e histórico. Níveis Proporcioneadores para a implantação de Polícia Comunitária. Comparação de Polícia Comunitária nos Estados de Pernambuco e outras Unidades Federativas: ênfase no questionamento e observação Prática. Funções do Policial Comunitário, seus deveres e a avaliação da ação policial. Polícia Comunitária comparada a discussão da Polícia Tradicional.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. A filosofia da Política Comunitária
  - 1.1. Introdução aos movimentos sociais
  - 1.2. Segurança pública e o papel da comunidade
  - 1.3. Polícia comunitária como estratégia inclusiva de produção da segurança pública.
- 2. Polícia Comunitária como uma estratégia de policiamento
  - 2.1. Pressupostos organizacionais e operacionais da policia comunitária
  - 2.2. Processos de implementação, manutenção e avaliação de um programa de policia comunitária.
  - 2.3. Estratégias operacionais da Polícia Comunitária.
- 3. Experiências De Polícia Comunitária No Brasil
  - 3.1. Experiências de Polícia Comunitária no Brasil
  - 3.2. Experiências no Estado de Pernambuco.
- 4. A sociedade nas Políticas de Defesa Social
  - 4.1. Importância da Comunidade
  - 4.2. Importância da participação da comunidade nas políticas de defesa social

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BALESTRERI, Ricardo Brisola. et al. **Na Inquietude da Paz**. Edições CAPEC, RS: Gráfica Editora Bertheir, 2003.
- BENGOCHEA, Jorge Luis Paz. et al. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. São Paulo: Perspec. Vol 18 n°. 1. São Paulo jan/mar. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100015&script=sci_arttext)> Acesso em 14 ago 2007.
- BRASÍLIA, Ministério das Relações Exteriores. **Mundo afora – Programas de combate à violência urbana**. Brasília: 2005.
- MATO GROSSO, Secretaria de Comunicação Social. **SENASP adota modelo das Bases Comunitária de Segurança para todo o país**. Mato Grosso, 2007. Disponível em: <<http://www.secom.mt.gov.br/conteudo.php?sid=13&cid=32620&parant=43>>. Acesso em 14 ago 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Secretaria Nacional de Segurança Pública. “**Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/noticias/2003/abril/pnsp.pdf>> . Acesso em 23 abr 2007.

NETO, Miguel Libório Cavalcante. **CURSO NACIONAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA – CONCEITOS TEÓRICOS**. Disponível em: <[http://www.segurancahumana.org.br/biblioteca/cdrom/enpc/liborio\\_c\\_teoricos.pdf](http://www.segurancahumana.org.br/biblioteca/cdrom/enpc/liborio_c_teoricos.pdf)>. Acesso em 14 de ago 2007.

PERNAMBUCO, Secretaria de Defesa Social. **Plano Integrado Segurança Cidadã Pernambuco**. Recife: 2000.

PERNAMBUCO, Secretaria de Defesa Social. **Ciranda de Ações Preventivas**. Disponível em: < <http://www.sds.pe.gov.br/ciranda/index.htm>> . Acesso em 14 ago 2007.

PERNAMBUCO, Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado. **In: Pacto Pela Vida**. Disponível em: < [http://www2.portaltransparencia.pe.gov.br/c/portal/layout?p\\_l\\_id=PUB.1020.49](http://www2.portaltransparencia.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1020.49)> . Acesso em 14 ago 2007.

SOARES, Alice Viana; CONCEIÇÃO, Jacitara Silva da; FILHO, Milton Cordeiro Farias. **As mudanças na administração pública no contexto de reformas institucionais dos Estados Nacionais: a experiência do Estado do Pará (1991 – 2002)**. Adcontar, Belém ,v.5. n.1, junho, 2004 disponível em: <[http://www.google.com.br/search?q=As+mudan%C3%A7as+na+administra%C3%A7%C3%A3o+p%C3%BAblica+no+contexto+de+reformas+institucionais+dos+Estados+Nacionais%3A+a+experi%C3%Aancia+do+Estado+do+Par%C3%A1+\(1991+-+2002\)&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a](http://www.google.com.br/search?q=As+mudan%C3%A7as+na+administra%C3%A7%C3%A3o+p%C3%BAblica+no+contexto+de+reformas+institucionais+dos+Estados+Nacionais%3A+a+experi%C3%Aancia+do+Estado+do+Par%C3%A1+(1991+-+2002)&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a)>. Acesso em 14 ago 2007.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUERROUX, Bonnie. **Polícia Comunitária, como começar**. Disponível em: < <http://capnight.vilabol.uol.com.br/pc.htm>> . Acesso em 25 jun 2007.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930003-1	MAJ PM	JOSÉ CÍCERO DE OLIVEIRA JÚNIOR

### DIREITOS HUMANOS APLICADOS À ATIVIDADE POLICIAL

#### CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

**EMENTA:** A questão dos direitos humanos aplicados à ação dos profissionais de segurança pública está cercada de mitos e equívocos que atravessam o imaginário social e, particularmente, a cultura tradicional dos órgãos mantenedores da segurança pública. Apesar dos avanços, tem prevalecido uma visão de antagonismo entre os dois. O profissional de segurança pública eficiente e profissionalizado em padrões de excelência precisa estar eticamente comprometido com os direitos humanos, como referência primordial de sua ação técnica, dando assim, uma resposta aos anseios de justiça e legalidade do sistema democrático, sem prejuízo da eficiência e da força na prevenção e repressão do crime. O correto posicionamento do profissional de segurança pública dentro dos valores universais dos direitos humanos é a garantia de uma segurança pública cada vez mais acreditada pelo cidadão. Nesse óbice, o Oficial da Polícia Militar precisa se identificar como elemento promotor dos direitos humanos, conhecendo os limites dos poderes conferidos pelo Estado, bem como os mecanismos que existem para sua supervisão, revisão e apuração, caso seja violado. Diante da atividade cidadã e de proteção social deve conhecer também a dinâmica dos grupos humanos, descobrindo seus anseios, dificuldades e necessidades relativas à segurança pública a fim de proporcionar a defesa e promoção dos direitos humanos.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução Histórica dos Direitos Humanos
2. Os Direitos Humanos e os Direitos do Homem.
3. Empatia. A desumanização do Humano.
4. Legislação
  - 4.1 Legislação Internacional sobre Direitos Humanos
    - 4.1.1 Declaração universal dos direitos humanos (DUDH) (ONU - 1948)
    - 4.1.2 Pacto de San José (Convenção Americana de Direitos Humanos)
    - 4.1.3 Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
    - 4.1.4 Convenção Contra Tortura
    - 4.1.5 Código de Conduta dos Encarregados Responsáveis pela Aplicação
    - 4.1.6 Princípios Básicos do Uso da Força e da Arma de Fogo
  - 4.2 Legislação Nacional sobre Direitos Humanos
    - 4.2.1 Portaria Interministerial 4.226 de 31 de dezembro de 2010
    - 4.2.2 Lei n 13.060 de 22 de dezembro de 2014
    - 4.2.3 Programa Nacional de Direitos Humanos
5. Educação em Direitos Humanos
  - 5.1 Ações do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos (PMEDH)
  - 5.2 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)
6. Temas correlatos sobre Direitos Humanos e atividade policial

- 6.1 Direitos Humanos Coisa de Polícia
- 6.2 A Tortura na atividade policial
- 6.3 A fábrica midiática de inimigos e o risco à democracia
- 6.4 Raça e Etnia
- 6.5 Preconceito e Discriminação
- 6.6 Grupos Vulneráveis

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BALESTRETTI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ricardo Brisolla. **Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo**. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução: Renê Alexandre Belmonte. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1990.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: 2003.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Cartilha de Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade**. Brasília: SENASP, 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: SENASP, 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010**. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos Pacto de San José (CADH)**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília: 1992.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. **Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT)**. Mantém concessões, permissões e autorizações nos casos que menciona e dá outras providências. Brasília: 1991.
- \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos. 2009/ **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009.
- \_\_\_\_\_. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH/3) / **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República** – ver. E atual. – Brasília: SDH/PR, 2010.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Um breve histórico dos direitos humanos**. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- DOUZINAS, Costas. **O fim dos Direitos Humanos**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2009. (Cap. 13: Os direitos humanos do outro).
- EICHENBERG, Rosaura; HUNT, Lynn. **A Invenção dos direitos humanos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- LINDGREN ALVES, José Augusto. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis. Editora Insular, 2009.
- MENDES, Gilmar Ferreira. **Parecer nº GM 25**. Aprovado pelo despacho do Presidente da República de 10.08.2001. Publicado no Diário Oficial da União em 13.08.2001. Brasília, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. Paris, 1948.
- \_\_\_\_\_. . Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP): 1966;
- \_\_\_\_\_. . Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei: 1979.
- \_\_\_\_\_. . Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer forma de Detenção ou Prisão: 1988.
- \_\_\_\_\_. . Princípios Orientadores para Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei: 1989.
- \_\_\_\_\_. . Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAF): 1990.
- PASSOS, Andréa da Silveira. et al. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública**, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Democracia e direitos fundamentais**. In: CLÉVE, Clèmerson Merlin;

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma (Org). **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

SILVA, Jorge da. **Controle de criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

SARLET, Wolfgang Ingo; PAGLIARINI, Alexander Continuo (Coords.). **Direitos Humanos e democracia**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

UNESCO. **Plano de Ação do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**. Segunda Fase. Brasília. 2012.

WOJCIECHOWSKI, Paola Bianchi. **Violência, Crime e Segurança Pública: A fábrica midiática de inimigos e o risco à democracia**. Revista Eletrônica de Direitos da PUC-RS. Vol 7, nº 1. P. 49-65. Jan-Jun 2015.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
980289-4	CAP PM	EDUARDO HENRIQUE SCANONIDO COUTO

**POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR**

**CARGA HORÁRIA: 40HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Propor uma visão global mas especialmente prática da elaboração de Procedimentos de Polícia Judiciária Militar, focando na excelência dos procedimentos adotados mas com a perspectiva coerente da elucidação da verdade real da apuração.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**MÓDULO I**

1. Inquérito Policial Militar (IPM)

1.1 O que é um Inquérito Policial Militar e quando deve ser produzido?

1.2 Como fazer uma capa

1.3 Como ser nomeado encarregado: Portaria ou Despacho?

1.4 Como fazer a nomeação de escrivão

1.5 Como fazer os autos conclusos

1.6 Como fazer um despacho

1.7 Como fazer um recibo, certidão e juntada

1.8 Como fazer uma intimação para civil

1.9 Como requisitar a presença de um militar para depoimento

1.10 Como fazer um Termo de depoimento de testemunha

1.10.1 Como fazer um depoimento registrado em vídeo (vídeo-audiência)

1.11 Como fazer uma acareação

1.12 Como fazer uma Precatória

1.13 Como fazer um depoimento por vídeo conferência

1.14 Como requisitar uma perícia

1.15 Como fazer um interrogatório

1.16. Como fazer a prisão por parte do encarregado do IPM

1.17. Como representar pela prisão preventiva

1.18 Como fazer um pedido de interceptação telefônica

1.19 Como fazer um Termo de Reconhecimento Fotográfico de Pessoas

1.20 Como fazer um Termo de Reconhecimento de Pessoas

1.21. Como nomear um perito ad hoc

1.22 Como fazer um Laudo Pericial

1.23 Como fazer um Relatório para encerrar o IPM

**MÓDULO II**

2. Auto de Prisão em Flagrante Delito Militar (APFDM)

- 2.1 O que é um Auto de Prisão em Flagrante Delito Militar e quando deve ser produzido
- 2.2 Como fazer a capa
- 2.3 Como fazer a Portaria de instalação do APFDM
- 2.4 Como fazer a nomeação do escrivão
- 2.5 Como fazer as primeiras providencias cartoriais do escrivão
- 2.6 Como fazer a Nota de ciência de Direitos Constitucionais
- 2.7 Como fazer a coleta de Depoimentos (o Auto propriamente dito)
- 2.8 Como fazer a conclusão
- 2.9 Como fazer o relatório e decisão
- 2.10 Como fazer os Despachos
- 2.11 Do encaminhamento para Perícia Traumatológica
- 2.12 Da Nota de Culpa
- 2.13 Da cientificação da família
- 2.14 Outras provas necessárias
- 2.15 Da apresentação em Audiência de Custódia
- 2.16 Das vias
  - 2.16.1 Da via do Juiz da Audiência de custódia e das cópias ao representante do MPPE e Defensoria
  - 2.16.2 Da cópia à Central de Inquéritos do MPPE
- 2.17 Da Cientificação do Juiz Militar
- 2.18 Da difusão (Comandante Geral, 2ª EMG, Diretoria, OME, DPJM, Corregedoria)
3. Procedimento em Casos de Deserção (IPD)
  - 3.1 Instaurando o IPD
    - 3.1.1 O que é um IPD e quando deve ser feito
    - 3.1.2 A obrigatoriedade ou não das diligências
    - 3.1.3 Quando e como fazer a Parte de falta
    - 3.1.4 Quando e como fazer a Parte de ausência
    - 3.1.5 Quando e quem pode ser encarregado do IPD
    - 3.1.6 Quando e como fazer a capa do IPD
    - 3.1.7 Quando e como fazer o inventário
    - 3.1.8 Quando e como fazer a Parte de Deserção
    - 3.1.9 Quando e como fazer o Termo de Deserção
      - 3.1.9.1 Os assentamentos
    - 3.1.10 Da difusão: Comandante Geral, DGP, 2ªEMG, DPJM (Cadastro Estadual de Desertores) e Corregedoria Geral da SDS
    - 3.1.11 Da remessa ao Juiz da VJME e MPPE
  - 3.2 Providencias quando o desertor reaparecer/for capturado
    - 3.2.1 Da delegação de competências para confecção do Auto de Captura do Desertor. Confecção da capa.
    - 3.2.2 Da tomada de depoimentos
    - 3.2.3 Da decisão do encarregado
    - 3.2.4 Como fazer os Despachos
    - 3.2.5 Da juntada do Termo de Deserção. Cientificação do desertor
    - 3.2.6 Do encaminhamento para Perícia Traumatológica
    - 3.2.7 Da Nota de Culpa
    - 3.2.8 Da cientificação da família
    - 3.2.9 Outras provas necessárias
    - 3.2.10 Da apresentação em Audiência de Custódia
    - 3.2.11 Das vias

3.2.11.1 Da via do Juiz da Audiência de custódia e das cópias ao representante do MPPE e Defensoria

3.2.11.2 Da cópia à Central de Inquéritos do MPPE

3.2.12 Da Cientificação do Juiz Militar

3.2.13 Da difusão (Comandante Geral, 2ª EMG, Diretoria, OME, DPJM, Corregedoria)

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao código penal militar**. v. 2, parte especial. Curitiba: Juruá, 2001.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MORAES, Reinaldo Zychan de. **Os crimes militares e o Inquérito Policial Militar: uma visão prática**. São Paulo: Saraiva.

COSTA, Alexandre Henrique da. **Manual Prático dos Atos de Polícia Judiciária Militar**. São Paulo: Saraiva.

ALFERES, Eduardo Henrique. **Manual de Polícia judiciária Militar - Direito Penal e Processual Penal Militar**. Edipro.

#### **CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
980015-8	MAJ PM	DEMÉTRIOS WAGNER CAVALCANTI DA SILVA

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR**

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Aplicar as normas e procedimentos relativos ao sistema de controle disciplinar vigente, por meio dos diversos tipos de Processo Administrativo Disciplinar Militar, instruindo-os de modo a apurar fato e autoria de infração disciplinar de competência monocrática. Conhecer as atribuições, estrutura e operação da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social do Estado.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Aspectos introdutórios ao sistema de controle disciplinar.
  - 1.1. Princípios constitucionais e administrativos aplicáveis ao controle disciplinar.
  - 1.2. Sistema de repressão disciplinar aplicável ao ordenamento jurídico vigente.
  - 1.3. Unidade de jurisdição brasileira.
  - 1.4. Repercussão da sentença penal na instância administrativa.
  - 1.5. Ato punitivo disciplinar.
2. Regime Ético e Disciplinar Militar.
  - 2.1. Preceitos da disciplina e da ética castrense.
  - 2.2. Conceituação de denúncia disciplinar.
  - 2.3. Conceituação de transgressão disciplinar militar.
  - 2.4. Extinção da punibilidade disciplinar.
  - 2.5. Fontes normativas do regime disciplinar militar aplicáveis no Estado de Pernambuco.
3. Processo Administrativo Disciplinar Militar.
  - 3.1. Conceituação de Processo Administrativo Disciplinar Militar (PADM).
  - 3.2. Fontes normativas e princípios aplicáveis ao PADM.
  - 3.3. Investigação Preliminar.
  - 3.4. Fases do PADM.
  - 3.5. Contagem de prazo.
4. Procedimento nas fases do PADM.
  - 4.1. Instauração.
    - 4.1.1. Tombamento, controle, organização e submissão.
  - 4.2. Instrução e Defesa.
    - 4.2.1. Impedimento e suspeição.
    - 4.2.2. Citação e intimação.

- 4.2.3. Revelia.
- 4.2.4. Autodefesa, defesa técnica e defensor dativo.
- 4.2.5. Defesa Prévia.
- 4.2.6. Depoimento da vítima e testemunha.
- 4.2.7. Precatória, videoconferência e videoaudiência.
- 4.2.8. Incidente de insanidade mental.
- 4.2.9. Dano ao erário Público.
- 4.2.10. Outros meios de dilação probatória.
- 4.2.11. Vista aos autos pelo imputado.
- 4.2.12. Interrogatório do acusado.
- 4.2.13. Despacho de indicição.
- 4.2.14. Alegações finais.
- 4.3. Julgamento.
- 4.4. Solução.
- 5. Processo Administrativo Disciplinar Militar em espécie.
  - 5.1. Processo Apuratório Disciplinar Sumário (PADS).
    - 5.1.1. Finalidade e natureza.
    - 5.1.2. Autoridades competentes.
    - 5.1.3. Instauração, notificação e defesa.
    - 5.1.4. Penas disciplinares, medidas administrativas e reabilitação.
    - 5.1.5. Julgamento, solução, aplicação e cumprimento de pena disciplinar.
    - 5.1.6. Recursos disciplinares e comissões recursais.
    - 5.1.7. Modificação na aplicação das penas.
    - 5.1.8. Classificação, reclassificação e melhoria do comportamento.
    - 5.1.9. Cancelamento de pena disciplinar e recompensas.
    - 5.1.10. Transgressões disciplinares em espécie.
    - 5.1.11. Prática processual do PADS.
  - 5.2. Sindicância Disciplinar Militar (SDM).
    - 5.2.1. Finalidade, natureza, autoridade processante, fases processuais e prazos.
    - 5.2.2. Julgamento e solução.
    - 5.2.3. Prática processual da Sindicância Disciplinar.
  - 5.3. Processo de Licenciamento a Bem da Disciplina (PL).
    - 5.3.1. Finalidade, natureza, autoridade processante, fases processuais e prazos.
    - 5.3.2. Julgamento e solução.
    - 5.3.3. Prática processual do PL.
  - 5.4. Conselho de Disciplina (CD).
    - 5.4.1. Finalidade, natureza, autoridade processante, fases processuais e prazos.
    - 5.4.2. Julgamento e solução.
    - 5.4.3. Prática processual do CD.
  - 5.5. Conselho de Justificação (CJ).
    - 5.5.1. Finalidade, natureza, autoridade processante, fases processuais e prazos.
    - 5.5.2. Julgamento e solução.
    - 5.5.3. Prática processual do CJ.
- 6. Competência e atribuições da corregedoria geral da SDS no sistema de controle disciplinar.
  - 6.1. Finalidade e competências da Corregedoria Geral.
  - 6.2. Estrutura organizacional.

6.3. Sistema de Controle Disciplinar.

6.4. Prerrogativas específicas e procedimentos cautelares.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de maio de 1988.** Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro DE 1972.** Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 dez.1972.

BRASIL. **Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972.** Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 dez.1972.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 30jan. 1999.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal.** Volume 1. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CRETELA JÚNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo.** 5 ed. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2006.

FILHO, Marçal Justen. **Curso de Direito Administrativo.** 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva,2009.

FILHO, Sergio Cavalieri. **Programa de Direito do Consumidor.** São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito Administrativo Disciplinar Militar e sua Processualidade.** São Paulo: Ed. Direito, 1996.

MEDAUAR, Odete. **O Direito Administrativo Moderno.** 11. ed. res. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 32 ed. Atualizada até EC 51 por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. **Apontamentos de Direito Penal Militar.** São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1, Parte Geral.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de maio de 1988.** Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 05 out. 1988.

PERNAMBUCO. **Constituição do Estado de Pernambuco, de 05 de outubro de 1989.** Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Recife, PE, 05 out. 1989.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 3.639, de 19 de agosto de 1975.**Dispõe sobre a aplicação do Conselho de Disciplina na Polícia Militar de Pernambuco e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 20ago. 1975.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 22.114, de 13 de março de 2000.**Aprova o Regulamento de Ética Profissional dos Militares do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 14mar.2000.

PERNAMBUCO. **Lei nº 6.783 de 16 de outubro de 1974.** Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 17out.1974.

PERNAMBUCO. **Lei nº 6.957, de 3 de novembro de 1975.**Estabelece os casos de perda do posto de oficial da polícia militar, fixa normas de procedimento do Conselho de Justificação e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 03nov. 1975.

PERNAMBUCO. **Lei nº 11.781, de 06 de junho de 2000.** Regula o Processo Administrativo no âmbito do Estado de Pernambuco. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 07jun. 2000.

PERNAMBUCO. **Lei nº 11.817, de 24 de julho de 2000.** Dispõe sobre o Código Disciplinar dos Militares do Estado de Pernambuco, e de outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 25 jul. 2000.

PERNAMBUCO. **Lei nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre a competência e as atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social, órgão superior de controle disciplinar interno, cria o Conselho Estadual de Defesa Social e dá outras. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 02 jan. 2001.

PERNAMBUCO. **Lei nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre a competência e as atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social, órgão superior de controle.

PERNAMBUCO. **Portaria CG nº 088 de 24/01/2007, publicado no SUNOR nº G1.0.00.002 de 31/01/2007.** Aprova as Instruções Gerais para a elaboração de Processo de Licenciamento a Bem da Disciplina para Praças sem Estabilidade da Polícia Militar de Pernambuco.

PERNAMBUCO. **Portaria do Comando Geral do CBMPE nº 002/11-CJD/2011.** Aprova Instruções Gerais para a elaboração de Processo de Licenciamento a Bem da Disciplina para Praças sem Estabilidade do CBMPE.

PERNAMBUCO. **Instrução Normativa nº 02/2017/Cor.Ger./SDS,** que dispõe sobre normas gerais procedimentais a serem adotadas nos PADM.

PERNAMBUCO. **Provimento Correccional nº 02/2015,** que dispõe sobre Investigação Preliminar.

PERNAMBUCO. **Provimento Correccional nº 03/2015,** que dispõe sobre incidente de insanidade mental.

PERNAMBUCO. **Provimento Correccional nº 01/2017,** que dispõe sobre videoaudiência.

PIETRO, Maria Sylvia Zanela Di. **Direito Administrativo.** 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
910575-1	CEL BM	CLÓVIS FERNANDES DIASRAMALHO

## **EDUCAÇÃO FÍSICA PARA QUALIDADE DE VIDA I**

**CARGA HORÁRIA: 60 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** As profissões policial militar exige grande dispêndio físico e mental, para a realização das atividades diárias de segurança e defesa social, neste contexto, o Oficial da Polícia Militar, tem um papel preponderante no planejamento de ações estratégicas, na definição de ações táticas, na execução de ações operacionais, bem como no gerenciamento de atividades administrativas e recursos humanos da corporação. Assim, a construção de práticas sistematizadas de atividades físicas, individual e coletivamente, visando a saúde geral, dos integrantes da Corporação, são essenciais para o sucesso nas missões destinadas ao policial militar, nas tomadas de decisões e na defesa da vida própria e de outrem. Por isso a disciplina deverá proporcionar sessões de exercícios físicos na busca da melhoria do condicionamento físico ao aluno, desenvolvendo suas valências físicas, mas, sobretudo, de instrumentalizar o futuro oficial, com conhecimentos técnicos básicos de educação física, para promoção e a multiplicação da prática segura de atividades físicas junto a seus pares e subordinados.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Avaliação diagnóstica do condicionamento físico geral:

1.1 Conceituar os objetivos da avaliação na prática da atividade física regular.

1.2 ANAMNESE: aplicar questionário prévio, com o intuito de identificar pontos importantes para a montagem de um programa seguro e eficiente de exercícios físicos para qualidade de vida e desempenho da função policial militar, destacando os seguintes aspectos:

1.2.1 Componentes de atividades da vida diária;

1.2.2 Histórico Médico: doenças pré-existentes; intervenções cirúrgicas, limitações para exercícios físicos, histórico familiar e doenças já diagnosticadas por um médico;

1.2.3 Comportamentos relacionados à Saúde;

1.2.4 Componentes da dieta do indivíduo;

1.2.5 Histórico de sedentarismo ou prática regular de atividade física.

1.3 Avaliação da Capacidade Cardiorrespiratória:

1.3.1 Identificar Unidades metabólicas: VO<sub>2</sub> máximo, relativo, absoluto e previsto, de acordo com a idade, gênero e condicionamento físico; dispêndio energético (calorias e KCal); Déficit Aeróbico Funcional (FAI); Frequência Cardíaca Máxima e Frequência Cardíaca de Treino; Zona Alvo de Treinamento; Limiar do Lactato.

1.3.2 Identificar categoria de aptidão física;

1.4 Avaliação da Composição Corporal:

1.4.1 Conceituar, identificar e classificar, Índice de Massa Corporal;

1.4.2 Medir e calcular Relação Cintura-Quadril;

1.4.3 Estimar e calcular: Percentual de Gordura, Massa Corporal Magra, Peso Ideal e Peso da Gordura em Excesso.

1.4.5 Avaliar valências físicas como flexibilidade, resistência muscular localizada, potência, equilíbrio e força.

2. Atividade Física, Exercícios Físicos e Qualidade de Vida:

2.1 Definir conceito de Qualidade de Vida e os fatores que compreendem sua melhoria, tais como: Nutrição, Atividade Física, Controle do Estresse, Comportamentos Preventivos e Relacionamentos Interpessoais.

2.2 Atividade Física, Qualidade de Vida e prevenção de Doenças Crônico-Degenerativas (diabetes, hipertensão, doenças do sistema cardiorrespiratório);

2.3 Conceito de saúde e doença, relação entre qualidade de vida e desempenho no trabalho prevenção da saúde, hábitos de manutenção da saúde;

3. Princípios Básicos da Atividade Física:

3.1 Princípio da Individualidade Biológica;

3.2 Princípio da Adaptação;

3.3 Recuperação Metabólica;

3.4 Ações dos Radicais Livres na Atividade Física;

3.5 Medidas Preventivas

4. Condicionamento físico geral:

4.1 Identificar os benefícios da prática de exercícios físicos;

4.2 Identificar aspectos que envolvem o treinamento físico individual;

4.2.1 Fatores climáticos;

4.2.2 Princípios do Treinamento;

4.2.3 Controle de carga(volume), frequência, intensidade;

4.2.4 Variáveis do Treinamento Físico.

4.3 Conscientizar-se sobre a responsabilidade individual na prática de exercícios físicos, que são essenciais para o desempenho da Polícia Ostensiva;

4.4 Manter seu condicionamento físico dentro dos padrões exigidos pela Corporação;

4.5 Atividades Práticas:

1. Treinamento Físico Militar – TFM;
2. Preparação para o Teste de Aptidão Física (TAF-PMPE/CBMPE);
3. Alongamentos;
4. Caminhadas;
5. Corridas variadas, Fartlek (variantes de corrida);
6. Atividades aquáticas;
7. Recreação.

5. Avaliação:

A avaliação será realizada com 60% de forma objetiva, através do Teste de Aptidão Física (TAF), em vigor na Corporação e 40% subjetiva, através de apresentação de seminários, com temas definidos pela Divisão de Ensino.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALLSEN, P. E; HARRINSON, J. M; BARBARA, V. **Exercício e qualidade de vida: uma abordagem personalizada**. 6 ed. São Paulo: Manole, 1999.
- ALTER, M. J. **Ciência da flexibilidade**. 2.ed. Por Classificação Brasileira de Ocupações, Ministério do Trabalho, CBO 201-211.
- GUEDES, D. P. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. 1ª Edição, São Paulo: Editora Manole, 2006.
- GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. **Controle de Peso, Composição Corporal, Atividade física e Nutrição**. Londrina: Mediograf, 1998.
- HAYWOOD, Kathleen M. e GETCHELL, Nancy. **Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida**. 6 ed., Rio Grande do Sul: 2016.
- HEYWARD, V. H. **Avaliação Física e Prescrição de Exercício**. 4 ed., Porto Alegre: Editora Artmed.
- HEYWARD, Vivian H.; STOLARCZYK, Lisa M.. **Avaliação da Composição Corporal Aplicada**. 1 ed. São Paulo: Ed. Manole, 2000.
- KATCH, F.I.; McARDLE, W.D. **Nutrição, Exercício e Saúde**. Trad. Maurício Leal Uchoa. 4 ed. ,Rio de Janeiro: Médici, 1996.
- MARINS, João Carlos Bouzas & GIANNICHI, Ronaldo Sérgio. **Avaliação e Prescrição de Atividade Física: Guia Prático**. Rio de Janeiro: Shape Ed., 1998.
- MONTEIRO, WALLACE. **Personal Training: Manual para Avaliação e Prescrição de Condicionamento Físico**. 4 ed., Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1998.
- NAHAS, M. V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida**. 1 ed., Florianópolis: Editora Midiograf, 2007.
- POLLOCK, M.L. & WILMORE, J.H. **Exercícios na Saúde e na Doença**. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.
- VERKHOSHANSKI. Y. V. **Treinamento Desportivo: teoria e metodologia**. 1 ed., Porto Alegre, Editora Artmed, 2000.
- VOLPE, S. L.; SABELAWSKI S. B; MOHR C. R. **Nutrição Para Praticantes de Atividade Física**. (2000), Manual de Direito Penal. São Paulo: Editora Rocca, 2009.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
940228-4	MAJ PM	JOÃO BARROS CORREIA JÚNIOR

#### EDUCAÇÃO FÍSICA PARA QUALIDADE DE VIDA II

**CARGA HORÁRIA: 60 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A profissão policial militar, exige grande dispêndio físico e mental, para a realização das atividades diárias de segurança e defesa social, neste contexto, o Oficial da Polícia Militar, tem um papel preponderante no planejamento de ações estratégicas, na definição de ações táticas, na execução de ações operacionais, bem como no gerenciamento de atividades administrativas e recursos humanos da corporação. Assim a construção de práticas sistematizadas de atividades físicas, individual e coletivamente, visando a saúde geral, dos integrantes da Corporação, a manutenção da capacidade de realizar as tarefas e a compreensão global dos movimentos envolvidos, são essenciais para o sucesso nas missões.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Princípios Básicos do Movimento:

1.1 Lei da Ação e Reação

1.2 Estabilidade e Equilíbrio Corporal:

1.2.1 Manutenção da Estabilidade e Postura, carregando equipamentos e apetrechos do cotidiano policial (colete, armamento, rádio, cinto, coturno, uniforme, EPIs diversos);

1.2.2 Centro de Gravidade: conceito, identificação e variações do Centro de Gravidade.

1.2.3 Detecção e Correção de Erros de Postura: músculos envolvidos na estabilidade, força aplicada na forma e sequencias correta, quantidade de força aplicada e o tempo de incidência;

1.2.4 Identificação dos principais erros de postura e suas consequências.

2. Crescimento Físico, Amadurecimento e Envelhecimento:

2.1 Identificar as principais diferenças no desenvolvimento físico de homens e mulheres;

2.2 Cuidados com o Sistema Esquelético;

2.3 Cuidados com o Sistema Muscular;

2.4 Identificar fatores do desenvolvimento físico que sofrem influência da atividade policial militar.

3. Nutrição: A Base para o Desempenho Humano.

3.1 Carboidratos, Lipídios e Proteínas;

3.2 Vitaminas, Sais Minerais e Água;

3.3 Energia para Atividade Física: valor energético dos alimentos, transferência de energia no corpo.

4. Biomecânica do Exercício e dos Movimentos relacionados à Profissão:

4.1 Identificar biomecânica dos movimentos nas diversas atividades operacionais;

4.2 Melhorar o desempenho próprio e da tropa, nas atividades operacionais, através da consciência da biomecânica correta dos movimentos, evitando lesões por movimentos errados e repetitivos ao longo da carreira;

4.3 Realizar Práticas de Exercícios Funcionais relacionadas às atividades operacionais das corporações.

5. Treinamento Desportivo;

5.1 Iniciação Esportiva;

5.2 Elaborar planos de atividades esportivas internas;

5.3 Promover e participar de Competições Internas e externas.

5.4 Treinamento para o TAF.

6. Avaliação:

A avaliação será realizada de forma objetiva, através do Teste de Aptidão Física (TAF), em vigor na Corporação.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTER, M. J. **Ciência da flexibilidade**. 2.ed. Por Classificação Brasileira de Ocupações, Ministério do Trabalho, CBO 201-211.

GUEDES, D. P. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. 1 ed., São Paulo: Editora Manole, 2006.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. **Controle de Peso, Composição Corporal, Atividade física e Nutrição**. Londrina: Mediograf, 1998.

HAYWOOD, Kathleen M. e GETCHELL, Nancy. **Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida**. 6 ed., Rio Grande do Sul: 2016.

HEYWARD, V. H. **Avaliação Física e Prescrição de Exercício**. 4 ed., Porto Alegre: Editora Artmed.

HEYWARD, Vivian H., STOLARCZYK, Lisa M.. **Avaliação da Composição Corporal Aplicada**. 1 ed. São Paulo: Ed. Manole, 2000.

KATCH, F.I.; McARDLE, W.D. **Nutrição, Exercício e Saúde**. Trad. Maurício Leal Uchoa. 4 ed., Rio de Janeiro: Médici, 1996.

MARINS, João Carlos Bouzas & GIANNICHI, Ronaldo Sérgio. **Avaliação e Prescrição de Atividade Física: Guia Prático**. Rio de Janeiro: Shape Ed., 1998.

MACARDLE, William D. **Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano**.

MCGINNIS, Peter M. **Biomecânica do Esporte e do Exercício**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

MONTEIRO, WALLACE. Personal Training: **Manual para Avaliação e Prescrição de Condicionamento Físico**. 4 ed., Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1998.

POLLOCK, M.L. & WILMORE, J.H. **Exercícios na Saúde e na Doença**. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

VERKHOSHANSKI. Y. V. **Treinamento Desportivo: teoria e metodologia**. 1 ed., Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
940228-4	MAJ PM	JOÃO BARROS CORREIA JÚNIOR

#### PRÁTICA DESPORTIVA I

CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Para além do desenvolvimento de capacidades físicas relacionadas ao desempenho motor, a disciplina visa em especial o desenvolvimento de aspectos básicos e específicos acerca de modalidades desportivas institucionalizadas, das habilidades, gestos técnicos e aspectos básicos relacionados às técnicas e táticas de jogo, oportunizando ao futuro Oficial da Polícia Militar a prática dos componentes acima citados, além do desenvolvimento de qualidades emocionais presentes no esporte inerentes ao perfil do Oficial tais como a liderança, resiliência, espírito de corpo (trabalho em equipe), disciplina e pensamento/ação estratégica.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

### 1. O Esporte

1.1 Conceitos;

1.2 Características;

1.3 O Esporte enquanto fenômeno social, econômico, político e cultural.

1.4 Elementos de institucionalização (padronização, imposição de regras por entidades oficiais, desenvolvimento formal de habilidades específicas);

1.5 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado.

### 2. Esportes coletivos e Esportes individuais

2.1. Conceitos;

2.2. Características;

2.3. Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado.

### 3. Voleibol

3.1 História (criação, desenvolvimento da modalidade, o voleibol no Brasil)

3.2 Regras básicas, composição da equipe, posicionamento dos jogadores/funções na dinâmica do jogo;

3.3 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.4 Aspectos técnicos: gestos técnicos básicos de defesa e ataque (manchete, saque, recepção do saque, passe levantamento, cortada, bloqueio);

3.5 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.6 Aspectos técnicos: gestos técnicos avançados (mergulho e rolamento);

3.7 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado

### 4. Futebol de Campo

4.1 História e evolução do Futebol de Campo no Brasil

4.2 Regras básicas, composição da equipe, posicionamento dos jogadores/funções na dinâmica do jogo

4.3 Aspectos Técnicos: habilidades motoras específicas (proteção e controle da bola, passe e recepção, condução, finta, drible, chute, desarme cabeceio)

4.4 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

4.5 Ações do Goleiro: posicionamento, recepção/pegada da bola, saída do gol, reposição e posicionamento (colocação) da barreira;

4.6 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado.

4.7 Princípios de Marcação: contenção, cobertura, equilíbrio numérico, compactação;

4.8 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

4.9 Princípios de Ataque: penetração, apoio, mobilidade, abertura de espaço;

4.10 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado.

### 5. Natação

5.1 Histórico e evolução da natação enquanto esporte;

5.2. Propriedades da água;

5.3 Ambientação e flutuação;

5.4. Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

5.5 Entrada e saída da piscina

5.6 Propulsão com movimento de pernas;

5.7 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.8 Mergulhos básicos;

5.9 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.10 Deslocamento na água: velocidade, sustentação e força 9alavancas usadas nos estilos);

5.11 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.12 Regras e mecânica dos estilos crawl e costas;

5.13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.14 Regras e mecânica dos estilos peito e borboleta

5.15 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

5.16 Saídas e Viradas

5.17 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

6. Judô

6.1 Aspectos históricos do surgimento, desenvolvimento e atualidade;

6.2 Regras e cerimonial;

6.3 As quedas (UKEMI): tipos;

6.4 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

6.5 Posturas básicas (SHISEI) e cerimonial;

6.6 Aplicação e tipos de Kuzushi;

6.7 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

6.8 Técnicas básicas de projeção (Nague-Waza);

6.9 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

6.10 Técnicas básicas de controle e submissão (Katame-Waza);

6.11 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos.

7. Atletismo

7.1 Origem, história e evolução da modalidade;

7.2 As provas oficiais do atletismo;

7.3 Corridas rasas de velocidade: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.4 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.5 Corridas rasas de meio-fundo: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.6 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.7 Corridas de fundo: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.8 Marcha atlética: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.9 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.10 Corridas com barreiras e corridas com obstáculos: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.11 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.12 Corridas de revezamento: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.14 Corridas de revezamento: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.15 - 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.16 Salto em distância: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.17 - 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.18 Salto triplo: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.19 - 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.20 Salto em altura: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.21 - 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.22 Arremesso de peso: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.23 - 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.24 Lançamento de disco: generalidades quanto aos efeitos fisiológicos e técnicas para execução;

7.25 - 13 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/educativos;

7.26 Provas combinadas: generalidades fisiológicas e estratégias de participação;

7.27 Provas militares: tipos e características;

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BOTTA, Juan Luís. **Voleibol. Téc/tac. De Los Fundamentos.** Buenos Aires: Ed .Sradium, 1992.

- CARVALHO, Oto Moravia. **Voleibol: 1000 exercícios**. Rio de Janeiro: Sprint 2000.
- CRISOSOTOMO, J; BOJIKIN, Marcondes. Ensinando voleibol. São Paulo: Phorte 2002.
- CAMPOS Jorge Mario; BOLAÑO, Marco Antonio Cassio; ARRUD, Miguel de; SANTI, Tago Maria. **Futebol - ciências aplicadas ao jogo e ao treinamento**. São Paulo: Phorte. 2013.
- SCAGLIA, A. J. **O futebol e as Brincadeiras de Bola**. São Paulo: Phorte, 2011.
- ASSOCIATION OF SWIMMING THERAPPY. **Natação para deficientes**. São Paulo: Manole, 2000.
- BASILONE NETTO, J. **Natação: a didática moderna da aprendizagem**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1995.
- JUBA, K. **Iniciação à natação**. Lisboa: Presença, 1982.
- MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: EPU, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Natação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.
- PALMER, M. **A ciência do ensino da natação**. São Paulo: Manole, 1990.
- ALVIM, J. **Judô: nague-waga**. São Paulo, 1975.
- FRANCHINI, E. **Judô: desempenho competitivo**. São Paulo: Manole, 2001.
- LASSERRE, R. **Judô: manual prático**. 2 ed. São Paulo: Editorial Mestre Jou, 1975.
- MONTEIRO, L. B. **O treinador de Judô no Brasil**. Rio de Janeiro: Sprint Ltda. 1998.
- VIRGILIO, S. **A Arte do Judô**. Campinas-SP: Papyrus, 1986.
- GAMA, R. J. **Manual de Iniciação do Judô**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport. 1986.
- ROBERT, L. **O judô**. 7 ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1983.
- VIRGILIO, S. **A arte do judô**. Campinas: Papyrus, 1986.
- BARROS, N. **O Atletismo**. 2. ed. São Paulo: Apoio, 1990.
- FERNANDES, José Luís. **Atletismo: arremessos**. São Paulo: EPU, 1978.
- FERNANDES, José Luís. **Atletismo: corridas**. São Paulo: EPU, 1979.
- FERNANDES, José Luís. **Atletismo: Provas de pista e de campo**. São Paulo: Tecnoprint, 1995. FROMETA, E. R. **Guia metodológico de exercícios em atletismo: formação técnica e treinamento**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KIRSCH, A. **Antologia do atletismo: Metodologia para iniciação em escolas e clubes**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.
- LAIGRET, F. **O Atletismo: as regras, a técnica, a prática**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- MATTHIESEN, S. Q. **Atletismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- MATTHIESEN, S. Q. (Org.) **Atletismo se aprende na escola**. Jundiaí: Fontoura, 2005.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930033-3	MAJ PM	FRED JORGE PARENTE SARAIVA

**PRÁTICA DESPORTIVA II**

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A disciplina visa o desenvolvimento de habilidades técnicas e táticas avançadas de modalidades desportivas institucionalizadas, das habilidades complexas, gestos técnicos atrelados a táticas e sistemas de jogo defensivos e ofensivos complexos, oportunizando ao futuro Oficial da Polícia Militar uma prática sistematizada dos componentes acima citados, desenvolvimento de capacidades de participação, entendimento, formulação de estratégias de jogo em nível de rendimento, além do aperfeiçoamento de qualidades emocionais presentes no esporte inerentes ao perfil do Oficial tais como a liderança, resiliência, espírito de corpo (trabalho em equipe), disciplina e pensamento/ação estratégica.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Esporte Recreacional X Esporte de Rendimento
  - 1.1 Características e distinções;
  - 1.2 Treinamento especializado para o rendimento: dinâmica e objetivos
2. Voleibol
  - 2.1 Estratégias de sistemas de jogo: 6 X 0, 3 X 3, 4 X 2, 4 X 2 c/ infiltração, 5 X 1, sistemas mistos.
  - 2.2 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

2.3 Seções de exercícios físicos para desenvolvimento de capacidades físicas específicas.

### 3. Futebol de Campo

3.1 Posicionamento com bola e sem a bola;

3.2 Sistemas de Jogo X Variações de posicionamento

3.3 Sistema 4-2-4;

3.4 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado

3.5 Sistema 4-3-3;

3.6 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.7 Sistema 4-4-2;

3.8 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.9 Sistema 3-5-2;

3.10 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.11 Sistema 4-5-1;

3.12 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.13 Sistema 3-6-1;

3.14 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.15 Sistema 3-4-3

3.16 Seções de atividades práticas (vivências) de fixação/evidência do conteúdo trabalhado;

3.17 Seções de exercícios físicos para desenvolvimento de capacidades físicas específicas.

### 4. Natação

4.1 O nado crawl: Aperfeiçoamento e desenvolvimento das técnicas de posicionamento do corpo, posicionamento da cabeça, técnica de pernada, técnica de braçada, respiração, coordenação braços/pernas;

4.2 Seções de atividades práticas: vivências, educativos, desenvolvimento;

4.3 O nado costas: Aperfeiçoamento e desenvolvimento das técnicas de posicionamento do corpo, posicionamento da cabeça, técnica de pernada, técnica de braçada, respiração, coordenação braços/pernas;

4.4 Seções de atividades práticas: vivências, educativos, desenvolvimento;

4.5 O nado peito: Aperfeiçoamento e desenvolvimento das técnicas de posicionamento do corpo, posicionamento da cabeça, técnica de pernada, técnica de braçada, respiração, coordenação braços/pernas;

4.6 Seções de atividades práticas: vivências, educativos, desenvolvimento;

4.7 O nado borboleta: Aperfeiçoamento e desenvolvimento das técnicas de posicionamento do corpo, posicionamento da cabeça, técnica de pernada, técnica de braçada, respiração, coordenação braços/pernas;

4.8 Seções de atividades práticas: vivências, educativos, desenvolvimento.

### 5. Judô

5.1 Técnicas avançadas de projeção (Nague-Waza);

5.2 Seções de atividades práticas (vivências) de desenvolvimento/educativos;

5.3 Técnicas avançadas de controle e submissão (Katame-Waza);

5.4 Seções de atividades práticas (vivências) de desenvolvimento/educativos;

5.5 Combinações e contragolpes;

5.6 Seções de atividades práticas (vivências) de desenvolvimento/educativos;

5.7 Atividades práticas: desenvolvimento e aperfeiçoamento das estratégias e técnicas de golpes e contragolpes.

### 6. Atletismo

6.1 Corridas rasas: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.2 Corridas meio fundo: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.3 Corridas de fundo: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.4 Corridas com barreiras: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.5 Corridas de revezamento: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.6 Salto em distância: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

6.7 Salto triplo: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;

- 6.8 Salto em altura: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;
- 6.9 Arremesso de peso: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;
- 6.10 Arremesso de disco: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;
- 6.11 Provas combinadas: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução;
- 6.12 Provas militares: regras, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas e capacidades físicas para execução.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOTTA, Juan Luís. **Voleibol. Téc/tac. De Los Fundamentos**. Buenos Aires: Ed. Sradium. 1992.
- CARVALHO, Oto Moravia. **Voleibol: 1000 exercícios**. Rio de Janeiro: Sprint 2000.
- CRISOSOTOMO, J; BOJIKIN, Marcondes. **Ensinando voleibol**. São Paulo: Phorte 2002.
- CAMPOS Jorge Mario, et. Al. **Futebol - ciências aplicadas ao jogo e ao treinamento**. São Paulo: Phorte. 2013.
- SCAGLIA, A. J. **O futebol e as Brincadeiras de Bola**. São Paulo: Phorte, 2011.
- ASSOCIATION OF SWIMMING THERAPPY. **Natação para deficientes**. São Paulo: Manole, 2000.
- BASILONE NETTO, J. **Natação: a didática moderna da aprendizagem**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1995.
- JUBA, K. **Iniciação à natação**. Lisboa: Presença, 1982.
- MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: EPU, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Natação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.
- PALMER, M. **A ciência do ensino da natação**. São Paulo: Manole, 1990.
- ALVIM, J. **Judô: nague-waga**. São Paulo, 1975.
- FRANCHINI, E. **Judô: desempenho competitivo**. São Paulo: Manole, 2001.
- LASSERRE, R. **Judô: manual prático**. 2 ed. São Paulo: Editorial Mestre Jou, 1975.
- MONTEIRO, L. B. **O treinador de Judô no Brasil**. Rio de Janeiro: Sprint Ltda. 1998.
- VIRGILIO, S. **A Arte do Judô**. Campinas-SP: Papyrus, 1986.
- GAMA, R. J. **Manual de Iniciação do Judô**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport. 1986.
- ROBERT, L. **O judô**. 7 ed. Lisboa. Editorial Notícias 1983.
- VIRGILIO, S. **A arte do juô**. Campinas: Papyrus, 1986.
- BARROS, N. **O Atletismo**. 2. ed. São Paulo: Apoio, 1990.
- FERNANDES, José Luís. **Atletismo: arremessos**. São Paulo: EPU, 1978.
- FERNANDES, José Luís. **Atletismo: corridas**. São Paulo: EPU, 1979.
- FERNANDES, José Luís. **Atletismo: Provas de pista e de campo**. São Paulo: Tecnoprint, 1995. FROMETA, E. R. **Guia metodológico de exercícios em atletismo: formação técnica e treinamento**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KIRSCH, A. **Antologia do atletismo: Metodologia para iniciação em escolas e clubes**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.
- LAIGRET, F. **O Atletismo: as regras, a técnica, a prática**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- MATTHIESEN, S. Q. **Atletismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- MATTHIESEN, S. Q. (Org.) **Atletismo se aprende na escola**. Jundiaí: Fontoura, 2005.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930033-3	MAJ PM	FRED JORGE PARENTE SARAIVA

#### TELECOMUNICAÇÕES

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Entre as atividades mais comuns entre os profissionais de segurança pública está a comunicação seja por meios de rádios móveis, portáteis ou fixos, celulares ou localizadores por meio de GPS. Ressalta-se também que entender os conceitos teóricos sobre telecomunicação, legislações pertinentes, conhecer o funcionamento do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODS), conhecer o funcionamento do Centro Integrado de Comando Regional (CICCR) e suas tecnologias de comunicação e; entender a estrutura e funcionamento da rede PE Conectado e como acontece as formas de comunicação no âmbito da Polícia Militar de Pernambuco torna-se imprescindível para um oficial PM que atuará como líder de equipe e com gestão de seção de comunicação nas unidades.

Além do mais, possibilitará ao futuro profissional de segurança pública o conhecimento dos meios de comunicações disponíveis e em uso na PMPE e sua importância para ações operacionais atinentes ao pacto pela vida, bem como os equipamentos e suas particularidades legais e características próprias que dão às ações policiais.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### 1. Conceitos Básicos sobre Telecomunicações:

1.1 Histórico das telecomunicações;

1.2 Processo de comunicação;

1.3 O significado do termo telecomunicações;

1.4 Teoria das Telecomunicações;

1.5 Tipos de sinais na comunicação.

##### 2. Conceitos Básicos sobre Sistemas de Comunicação:

2.1 Elementos de um Sistema de Comunicação;

2.2 Sistema de Comunicação por Sinais Elétricos;

2.3 Tipos de Transmissão;

2.4 Canal de Radiofrequência;

2.5 Sistema de comunicação telefônico;

2.6 Sistemas de transmissão via rádio;

2.7 Sistemas rádio digital;

2.8 Sistema troncalizado de radiocomunicação móvel. (2 h/a)

##### 3. Legislação sobre telecomunicações:

3.1 Lei Geral das Telecomunicações;

3.2 Taxa de FISTEL e taxa de uso de frequência;

3.3 Lei 9.296, 24/07/2016 – Lei sobre procedimentos de interceptação telefônica;

##### 4. Código alfanumérico internacional:

4.1 Código “Q” internacional;

4.2 Informações sobre DATA/HORA;

4.3 Simulações de procedimentos e comunicação via rádio móvel.

##### 5. As telecomunicações na Polícia Militar de Pernambuco:

5.1 Estrutura da PMPE relacionada ao sistema de Telecomunicações

5.2 Sistema CIODS da Capital e RMR e os Postos de Comando - “PC”, no Interior do Estado;

5.3 Sistema Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR)

5.3.1 Tecnologias de comunicação entre o CICCR e os Centros Integrados de Comunicação e Controle Móveis 1 e 2 (CICCM) e das Plataformas de Observação Elevadas (POE);

5.4 Simulação de cadastramento pessoal e de Guarnição;

5.5 Equipamentos de radiocomunicação;

5.6 Utilização de Rádios: aula ilustrativa (prática);

5.7 Das Inspeções nas Estações de Rádio; manutenção de rádio em primeiro escalão;

#### **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

LATHI B., P. **Sistemas de Comunicação**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois: 1979.

CARLSON A. B., **Sistemas de Comunicação**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: 1981.

DERFLER, Jr, J. F., Freed L., **Tudo sobre cabeamentos de redes**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

ALENCAR M., S.. **Curso de Telefonia**. Apostila, DEE - UFPb, Campina Grande: 1997.

FONSECA J., N.. **Telecomunicações I. Apostila**, COELT - ETFSe, Aracaju: 1997.

Apostilas e resumos apresentados (notas de aulas);

Leis das Telecomunicações nº 9.472, Lei nº 9.295, Lei nº 4.177, Decreto-Lei 236; Lei da Interceptação Telefônica nº 9.296; Decreto-Lei nº 89.056 sobre alarme bancário;

COELHO, Patrícia Pinto. **Telefonia Móvel Celular, Inatel**, Santa Rita do Sapucaí-MG: 1995;

TOLEDO, Adailton Pereira de. **Noções de Comutação Telefônica**, MC Grau Hill do Brasil, São Paulo e Redes Telefônicas do mesmo Autor, 1995;

RAPPAPORT, Theodoro S., wireless **Communications, Prectice Hall**, New Jersey: 1996;

NETO, Vicente Soares. **Sistema de Telecomunicações para não Engenheiros Telebrás**; Apostilas: Curso de Telecomunicações para não Engenheiros Telebrás; Telebrás, Rio de Janeiro, 2007.

Catálogo dos fabricantes: ARS, MOTOROLA, MARKETRONICS, HELM CHATRAL, etc.

[1]TELECOMUNICAÇÕES: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Telecomunica%C3%A7%C3%A3o>; Acessado em: 26.05.2008.

[2] Portal da ANATEL: <http://www.anatel.gov.br/Portal>.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
950719-1	MAJ PM	GEORGE FRAGOSO DE ANDRADE

### TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

#### CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS

**EMENTA:** A informática, por meio do estudo das tecnologias da informação e comunicação, mostra-se como um poderoso recurso para a transformação de dados em informações e para a construção de modelos que auxiliam no processo de tomada de decisão. A sociedade, por sua vez, vem requerendo da segurança pública um perfil diferente do que vem sendo praticado ao longo dos tempos. Exige-se profissionais mais capacitados e habilitados na realização de estudos prévios de cenários, como pré-requisito para o desencadeamento de ações ou planejamentos de segurança pública. Exige-se também tecnologias que acelerem o processo de identificação de pessoas envolvidas em ações criminosas. Além do que, falsos conhecimentos, baseados no empirismo e ações truculentas sem embasamento ou estudo anterior, são cada vez mais repudiados pela sociedade. A disciplina de “Tecnologia da Informação e Comunicação” insere-se nesse contexto como meio que irá proporcionar ao Oficial QOPM da PMPE, como profissional de segurança pública a capacitação indispensável à utilização dos sistemas informatizados e das tecnologias da informação disponíveis, como instrumento de alicerce à construção de políticas públicas de defesa social, bem como de apoio ao planejamento e execução das atividades operacionais de segurança pública.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Breve histórico da tecnologia da informação;
- Conceitos básicos:
  - Dados, informação e conhecimento;
  - Sistema computacional: hardware, software e peopleware;
  - Tecnologia da informação e comunicação versus sistemas de informações;
  - Sistemas de Informações: Conceito; Tipologia.
  - Segurança da Informação.
- Conceituação e prática no(s):
  - Sistema de Comunicação da Secretaria de Defesa Social e órgãos operativos.
  - Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - Infoseg e outros com abrangência interestadual;
  - Sistemas informatizados de estatística e análise criminal, voltados ao planejamento de ações de controle e combate à criminalidade;
  - Sistemas informatizados voltados às atividades operacionais de segurança pública e de defesa social, implantados em âmbito estadual;
  - Sistemas informatizados voltados à investigação criminal;
  - Sistemas integrados de perícias.
  - Tecnologias e Sistemas de videomonitoramento na SDS/PE; Sistema de vídeo monitoramento no CICCR e no QCG; Sistema de rastreamento de pessoas; Funcionalidades dos Centros Integrados de Comunicação e Controle Móveis 1 e 2 e das Plataformas de Observação Elevadas;

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. Saraiva, 2006.
- FERREIRA LIMA, M. P. **Crimes de computador e segurança computacional**. Campinas: Millenium, 2008.
- FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na Segurança Pública**. (s.l.): Garamond, 2002.
- LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais**. São Paulo: Atlas, 2005.
- RAVANELLO, A.; IUBEL, F. **Epistemologia dos sistemas de informações gerenciais**. Anais. II SBSI. Curitiba: Positivo, 2006.
- ROSSETTI, A.; MORALES, A. B.; **O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento**. Brasília: Ciência da Informação, 2007.
- TANENBAUM; ANDREW. **Redes de computadores**. 4. ed. São Paulo: Campus, 2003.
- Manuais Técnicos disponibilizados pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

**CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
950719-1	MAJ PM	GEORGE <b>FRAGOSO</b> DE ANDRADE

**INTELIGÊNCIA POLICIAL****CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Conhecer a origem e a importância da atividade de inteligência nas tomadas decisões do nível estratégico, referente ao planejamento das ações de policiamento preventivo, bem como os aspectos que envolvem a atividade de inteligência policial a nível Nacional e no Estado de Pernambuco. Legislações atinentes a atividade e a estrutura do Sistema no Estado e suas funções específicas, compreendendo assim, o desenvolvimento das atividades inerentes ao assessoramento nos níveis estratégico, tático e operacional, cuidados com a documentação classificada como sigilosa e contrainteligência.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Fundamentos Históricos
  - 1.1 História da Atividade de Inteligência
  - 1.2 O início da Atividade de Inteligência no Brasil
  - 1.3 Sistema Brasileiro de Inteligência
  - 1.4 Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
2. Fundamentos Doutrinários
  - 2.1 Política Nacional de Inteligência
  - 2.2 Estratégia Nacional de Inteligência
  - 2.3 Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP);
    - 2.3.1 Finalidade da Inteligência de Segurança Pública- ISP
    - 2.3.2 Característica da ISP
    - 2.3.3 Princípios da ISP
  - 2.4 Atividade de Inteligência
  - 2.5 Níveis de Assessoramento
  - 2.6 Ramos da Atividade de Inteligência
  - 2.7 Espécie de Inteligência de Segurança Pública
  - 2.8 Operações de Inteligência
  - 2.9 A importância do preenchimento do Boletim de Ocorrência para a atividade de inteligência
  - 2.10 Comportamento do Policiamento Ostensivo ao identificar um agente de inteligência
3. Contrainteligência
  - 3.1 Conceitos
  - 3.2 Conceitos Básicos
  - 3.3 Segmentos
4. Documentos de Inteligência
  - 4.1 Documentos Externos
  - 4.2 Documentos Internos
  - 4.3 Requisitos dos Documentos de Inteligência
  - 4.4 Classificação e restrição ao uso documentos da ISP
  - 4.5 Retransmissão
5. Estrutura da ISP
  - 5.1 Tipos de Agencias
  - 5.2 Recursos Humanos
6. Sistema de Inteligência da PMPE
  - 6.1 Legislação pertinente ao Serviço de inteligência no Estado de Pernambuco

6.2 Legislação que rege o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Conselho Consultivo do Sisbin. Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns.

ANTUNES, Priscila Carlos B.SNI & ABIN. **Entre a teoria e a prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Doutrinária para a Atividade de Inteligência de Segurança Pública: Relatório Técnico. Belo Horizonte: [s.n.], 2005.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata.** Niterói-RJ: Impetus, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública.** Brasília: 2009.

CEPIK, Marco Aurélio. **Espionagem e democracia.** Rio de Janeiro: FGV, 2003

FERRO JUNIOR, Celso Moreira. **A inteligência e a gestão da informação policial, conceitos, técnica e tecnologia definidos pela experiência profissional e acadêmica.** Brasília: Ed. Fortium, 2008.

PERNAMBUCO. **Decreto Nº 30.847, de 01 de Outubro de 2007.**Regulamenta a Lei Nº 13.242, de 29 de maio de 2007, que cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Pernambuco-SEINSP, e da outras providências. Disponível em: <<http://www.cepe.com.br/diario/>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 13.241, DE 29 DE MAIO DE 2007.** Cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Pernambuco – SEINSP, e dá outras providências. Disponível <http://legis.alepe.pe.gov.br/pesquisaGeral.aspx?pagina=0>, Acesso em: 18 mar. 2014;

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata.** Niterói: Impetus, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.** Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000.** Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/D3695.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3695.htm)> Acesso em: 22 mar. 2014; 4 ed. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, aprovada através da Portaria nº 2, datado de 12 de janeiro de 2016 .

BRASIL. **Decreto nº 4.376, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Retificação no DOU, de 24/09/2002. Alteração no DOU, de 08/03/2005. Alteração no DOU, de 28/11/2017.

A *Lei de Acesso à Informação (LAI)*, nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011, < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)> acesso no dia 12 set.2018.

Política Nacional de Inteligência (PNI), fixada por meio do [Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016](#), que fixa a política Nacional de Inteligência.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
02060-5	CEL PM	IVALDO ROQUE DOS SANTOS SOBRINHO

#### DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Conhecimento memorando, ofícios, requerimentos, partes disciplinares, os procedimentos de arquivamento e incineração, bem como sua e elaboração dentro da legislação vigente e de acordo com a norma culta e com padrões da PMPE e utilização na ferramenta de comunicação eletrônica atual.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conhecimento do Manual de Correspondência Oficial da República;
2. Produção de Redação Técnica de acordo com as normas da ABNT;
3. Sistema de Correspondência do PMPE.
  - 3.1 Da finalidade, da conceituação e classificação da correspondência e competência.
4. Dos tipos de documentos.
  - 4.1 Dos tipos e utilização dos serviços de correspondência.
5. Da tramitação da correspondência.
  - 5.1 Fluxo e prazos. Recebimento e expedição da correspondência.
6. Arquivamento e incineração de documentos.
7. Normas Gerais para Elaboração de Documentos.
8. Documentos Sigilosos.
9. Prática de Redação.

- 9.1 Elaboração de ofícios e memorandos.
- 9.2 Requerimentos.
- 9.3 Parte disciplinar e Nota de Culpa.
- 10. Documentação Técnica e Comunicação Eletrônica.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

**Decreto N° 2.243, de 3 de junho de 1997.**(Vide Decreto n° 6.806, de 2009 Vigência). Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

**Portaria do Comando Geral N.º 123, de 06 de março de 2012**, disponível em [http://www.pm.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=13029&folderId=2532474&name=DLFE-26013.pdf](http://www.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13029&folderId=2532474&name=DLFE-26013.pdf).

ABREU, A. S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5 ed. São Paulo: Lexikon, 2009.

**Manual de Redação da Presidência da República** \_ [http://www.planalto.gov.br/ccIVIL\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccIVIL_03/manual/manual.htm)

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
102527-9	CAP PM	RAMONA TAVARES DE LEMOS

#### **ÉTICA PROFISSIONAL E CIDADANIA**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Oferecer aos discentes fundamentos teóricos para discussão e reflexão acerca da Ética e da Moral. Analisar a construção cultural de valores. Problematicar a natureza e os fundamentos da Ética Profissional consoantes com a atividade de Segurança Pública. O futuro da Ética e da Cidadania numa Sociedade cheia de contradições.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Ética, Moral e condição humana
  - 1.1 Da Epistemologia à Ética
  - 1.2 Autonomia moral: nascemos com ela ou a desenvolvemos?
  - 1.3 As situações de fronteiras: a ética e a responsabilidade
- 2. Ética e Cidadania Institucional
  - 2.1 Generalidades: Importância dos estudos éticos na carreira policial militar.
  - 2.2 Conceito Básico: Ética – Fundamentos; Consciência Moral; Ética e Deontologia; Ética Profissional; Cidadania.
  - 2.3 Dos Valores e Deveres: Conceito de valor e dever; Relações entre valores e deveres; Valores e deveres na Polícia Militar à luz do Regulamento de Ética; Espírito de corpo e de coesão entre militares.
  - 2.4 Ética Policial Militar: Instituição; Homem; e Defesa Social. Questões Éticas na Polícia Militar.
  - 2.5 Violência, Corrupção e Disfunção.
  - 2.6 Regulamento de Ética dos Militares de Pernambuco.
  - 2.7 Estatuto dos Policiais Militares de Pernambuco. Código de Conduta da ONU.
- 3. O Ética e a Moral no contexto pós-moderno
  - 3.1 A moral em crise e a revalorização da ética
  - 3.2 Redes Sociais

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. Ed Nova Cultural, 1991.

BAUMAN, Zygmunt – **Ética pós-moderna**, Ed Paulus, 2003.

CHAUÍ, MARILENA – **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995

\_\_\_\_\_**Decreto 22.114. de 13 de março de 2000**, publicado no Sunor/PMPE 009 29MAR2000.

LAZZARINI, Álvaro – **Texto: Questões Éticas na policia Militar** – revista ALFERES Vol. II – n° 39, OUT/DEZ 1993;

LOPES, Paulo Mariano – **Texto: Da Deontologia Policial Militar** – Revista Unidade – n° 20, MAI/AGO 1994;

PASSOS, Elizete Passos. **Ética nas Organizações**. Ed. Atlas - 2004

RAMOS, ERNESTO LOPES Coord. – **Ética na virada do milênio**. 2 Ed. São Paulo: LTR.

SÁ, Antônio Lopes de – Ed Atlas 9 Ed. – São Paulo 2009

VALLA, Wilson Odirley – **Deontologia Militar** – Ética Profissional. Edição Revista 1997;

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BOFF, Leonardo (2003). "**A ética e a formação de valores na sociedade**". In: Reflexão. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

MARTINEZ, Paulo. **Direitos de cidadania: um lugar ao sol**. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

NALINI, José Renato. **Ética e justiça**. São Paulo: Seminário de estudos sobre a tecnocracia – As fronteiras da ética hoje – SENAC-SP, maio de 2000

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

SOUZA, Ricardo Timm. **Ética como fundamento: uma introdução à Ética contemporânea**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

#### **CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
31951-1	CAP BM	JOSÉ GILSON BEZERRA LEITE

### **ORDEM UNIDA I**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Desenvolver no futuro Oficial as habilidades próprias dos movimentos e comandos da Ordem Unida, essencial à vida Militar, compreendendo-a como instrumento na formação do caráter militar, além de desenvolver o espírito de corpo e a marcialidade, bem como o sentimento de coesão e a disciplina. No contexto dos cerimoniais militares, a disciplina possibilita o desenvolvimento de habilidades fundamentais para desempenho nas apresentações individuais e/ou coletivas com e sem armas, no padrão exigido para militares.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Introdução:

1.1 Definições;

1.2 Métodos e processos de instrução.

2. Instrução Individual Sem Arma:

2.1 A pé firme e em marcha;

2.2 Posições, voltas e passos.

3. Instrução Individual Com Arma:

3.1 Espadim e Mosquefal;

3.2 A pé firme e em marcha;

3.3 Posições, voltas e passos.

4. Instrução Coletiva:

4.1 Comandamento de Tropa;

4.2 Instrução coletiva com e sem arma;

4.3 Formação e mudança de formação;

4.4 Deslocamentos, mudanças de frente de direção.

5. Uso da Espada:

5.1 A pé firme e em marcha;

5.2 Posições, voltas e passos;

5.3 Comando: Posições e Deslocamentos;

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Manual de Campanha C 22-5 - **Ordem Unida** – Exército Brasileiro.3 Ed., 2000. <http://www.cciex.eb.mil.br/arquivos/docs/publicacoes/manuais/c22-5.pdf>

Caderno de Instrução CI 22-5/1 – **Ordem Unida** – **Conselhos ao Instrutor**. Edição, 1977.

#### **CONTEUDISTAS:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
------------------	--------------------	-------------

707459-0	CAP BM	LUÍS OTÁVIO CONSTANTINO DE MELO
118.937-9	2º TEN PM	NEILSON ADRIÃO DA SILVA

## ORDEM UNIDA II

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Aprofundar os conhecimentos desenvolvidos na disciplina de Ordem Unida I, buscando desenvolver no futuro Oficial as habilidades próprias dos movimentos e comandos da Ordem Unida, com ênfase na execução da Guarda Bandeira e no Preito da Tropa no âmbito das Forças Militares do Estado, a fim de construir o conhecimento sobre a normatização e a execução destas Honras Militares.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. Instrução Individual Com Arma:

- 1.1 Metralhadora;
- 1.2 A pé firme e em marcha;
- 1.3 Posições, voltas e passos.

#### 2. Instrução Individual com Bandeira:

- 2.1 A pé firme e em marcha;
- 2.2 Posições, voltas e passos.

#### 3. Guarda Bandeira:

- 3.1 Constituição, armamento e uniforme;
- 3.2 Ordem unida;
- 3.3 Incorporação da Bandeira Nacional;
- 3.4 Desincorporação da Bandeira Nacional.

#### 4. Honras Fúnebres:

- 4.1 Guarda Fúnebre;
- 4.2 Salvas Fúnebres;
- 4.3 Comandamento e execução.

#### 5. Guarda de Honra:

- 5.1 Constituição, armamento e uniforme;
- 5.2 Recepção à autoridade;
- 5.3 Revista;
- 5.4 Desfile.

#### 6. Honras de Recepção e Despedida de Autoridade na OME:

- 6.1 Generalidades;
- 6.2 Recepção pela Guarda de Honra;
- 6.3 Continência da Guarda do Quartel à Autoridade na recepção e na saída.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Manual de Campanha C 22-5 - **Ordem Unida – Exército Brasileiro**. 3 Ed., 2000. <http://www.cciex.eb.mil.br/arquivos/docs/publicacoes/manuais/c22-5.pdf>

Caderno de Instrução CI 22-5/1 – **Ordem Unida – Conselhos ao Instrutor**. Edição, 1977.

Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - **Guarda de Honra (VM 01)** <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/100-guarda-de-honra>

Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - **Honras de Recepção e Despedida de Autoridade na OM (VM 03)** <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/101-honras-de-recepcao-e-despedida>

Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército – **Guarda–Bandeira (VM 04)** <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/99-guarda-bandeira>

Vade-Mécum de Escolta de Honra e Salvas de Gala (VM 06), <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/85-escolta-de-honra-e-salvas-de-gala>

Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - **Honras Fúnebres (VM 09)** <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/102-honras-funebres>

### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
-----------	-------------	------

707459-0	CAP BM	LUÍS OTÁVIO CONSTANTINO DE MELO
118.937-9	2º TEN PM	NEILSON ADRIÃO DA SILVA

## METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Iniciação à pesquisa na formação do oficial favorecendo a análise da dimensão teórico-prática e interdisciplinar. Desenvolvendo no aluno uma postura de investigação científica, que lhe permita compreender e interpretar os fenômenos sociais e educativos. Para tanto, a disciplina aborda, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa em Defesa Civil, iniciando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Intervenção), onde o aluno revisa todo referencial teórico e escolhe tema em uma área específica de sua escolha sob orientação de um docente.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A pesquisa no desenvolvimento da prática docente e a formação do pesquisador.
  - 1.1 Desafios e perspectivas.
  - 1.2 A produção e o processo de pesquisa
  - 1.3 Aspectos epistemológicos e metodológicos.
  - 1.4 O projeto de pesquisa: etapas e orientações para sua elaboração.
2. Projeto de intervenção: projeto e produção escrita
  - 2.1 Diretrizes, normas e instrumentalização para a construção do projeto.
  - 2.2 Definições do tema e elaboração da proposta (objeto, objetivos, metodologia, cronograma, referências).
  - 2.3 A pesquisa e a redação do projeto de intervenção:
  - 2.4 Organização e orientação para a construção do texto.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa. **Métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA & SILVEIRA, José Maria da e Emerson Sena da. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. Normas e técnicas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

### CONTEDISTAS:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
950672-1	MAJ BM	CRISTIANO CORRÊA
707433-6	CAP BM	GETÚLIO NEVES SENA

## TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A disciplina “Teoria e Prática do Ensino” proporcionará ao futuro Oficial, para além de uma reflexão crítica em torno da função de docente no âmbito do ensino policial e bombeiro como instrutor no âmbito do ensino corporativo, a construção de conhecimento em torno dos aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, enfocando o processo ensino-aprendizagem em um contexto que privilegie a aprendizagem significativa, a partir das dimensões dos saberes. Enfatizará as correntes educacionais no sentido agregar valor ao trabalho formativo, considerando que a carreira de Oficial oferecerá oportunidade de formação e capacitação de seus próprios profissionais, já dotados de experiência no ofício, sendo uma das principais tarefas dos educadores a de conduzi-los a agir de forma crítico-reflexiva para construção do seu próprio processo de aprendizagem.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Principais Correntes e Abordagens Educacionais.
2. A Didática e as tendências pedagógicas.
3. Educação Profissional e Corporativa
  - 3.1. Conceitos e significados;

3.2. Andragogia - Como o adulto aprende.

4. Formação e Democratização do Ensino dos Profissionais de Segurança Pública:

4.1. Políticas Nacionais e a Matriz Curricular Nacional (MCN);

4.2. Políticas Estaduais e a Instrutoria Interna no Estado de Pernambuco.

5. A prática docente no ensino policial e bombeiro, e o papel do formador.

6. Planejamento de Ensino e as particularidades do Ensino Policial e Bombeiro Militar:

6.1. Plano de Disciplina e suas dimensões;

6.2. Plano de Aula: objetivo educacional, conteúdos, estratégias de ensino, recursos didáticos e avaliação.

7. Novas tecnologias na educação e suas aplicabilidades no Ensino Policial e Bombeiro Militar.

8. O processo de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Celso. **Professores e professores: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENÔNI, Cavalcanti Pereira; POLICARPO JUNIOR, José. **A Formação Policial para além da técnica profissional: reflexões sobre uma formação humana**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, 2012.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. 4 ed., São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2007.

JELVES, Alejandro. **Metodologia do Ensino Policial: Direitos Humanos como tema transversal do curriculum**. Rio Grande do Sul: 2000.

KANT DE LIMA, Roberto. **Políticas de Segurança Pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas**. In: **Anais do Seminário Internacional Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais**. Jorge Zaverucha e Maria do Rosário Negreiros Barros (Org.); Fundação Joaquim Nabuco, Escola de Governo e Políticas Públicas, Recife: Ed. Massangana, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **“Tendências Pedagógicas na prática escolar”**. In **Democratização da escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. S. Paulo: Cortez, 1996.

MELO, José Jailton Siqueira de. **Educação corporativa e a política educacional para formação dos profissionais de segurança: o docente no contexto da Academia Integrada de Defesa Social de Pernambuco**. (2018). 100 f. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Educação, Campus Mata Norte, Universidade de Pernambuco, Recife, 2018.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti. **Saberes mobilizados por formadores da Acades na correlação de forças entre Habitus da tradição da instrução militar e a configuração da docência no ensino policial**. (2018). 229 f. Tese – Departamento de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Portugal. Porto, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Do ensinar à ensinagem**. In: **PIMENTA, Selma Garrido. Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papyrus, 1989, pp. 15-23.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa. Como ensinar**. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
798006-0	MAJ BM	JOSÉ JAILTON SIQUEIRA DE MELO
950657-8	MAJ PM	BENÔNI CAVALVANTI PEREIRA

#### TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Configura-se na elaboração de um trabalho técnico alicerçado na pesquisa científica favorecendo a análise da dimensão teórico-prática e interdisciplinar da formação do futuro oficial, desenvolvendo no discente uma postura de investigação científica, que lhe permita compreender e interpretar os fenômenos sociais e educativos. Para tanto, a disciplina aborda, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa em Segurança Pública e Defesa Civil, iniciando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Intervenção), onde o aluno revisa todo referencial teórico e escolhe tema em uma área específica, sob orientação de um docente, a partir das linhas de pesquisa ofertadas pela corporação.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A pesquisa no desenvolvimento da prática docente e a formação do pesquisador.
  - 1.1 Desafios e perspectivas.
  - 1.2 A produção e o processo de pesquisa
  - 1.3 Aspectos epistemológicos e metodológicos.
  - 1.4 o projeto de pesquisa: etapas e orientações para sua elaboração.
2. Projeto de intervenção: projeto e produção escrita
  - 2.1 Diretrizes, normas e instrumentalização para a construção do projeto.
  - 2.2 Definições do tema e elaboração da proposta (objeto, objetivos, metodologia, cronograma, referências).
  - 2.3 A pesquisa e a redação do projeto de intervenção:
  - 2.4 Organização e orientação para a construção do texto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA & SILVEIRA, José Maria da; e Emerson Sena da. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Normas e técnicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

## CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
798007-8	MAJ BM	EDUARDO ARARIPE PACHECO DE SOUZA
798020-5	MAJ BM	WAGNER PEREIRA DA SILVA

## INSTRUÇÃO GERAL

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** O profissional de Segurança Pública e o cotidiano da vida militar, suas particularidades, padronizações e cultura organizacional, assim como elaborar os diversos documentos existentes na PMPE, tais como memorando, ofícios, requerimentos, partes disciplinares, dentro dos padrões da Norma Culta, e seguindo a padronização da Instituição, além de conhecer os procedimentos de arquivamento e incineração, dentro da norma vigente.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

### MÓDULO I

1. Regulamento de Continência;
2. Finalidade e Sinais de Respeito e Continência;
3. Honras Militares;
4. Da continência da tropa;
5. Do Procedimento da Tropa em situações diversas;
6. Da Continência da Guarda;
7. Da Continência da Sentinela;
8. Dos Toques de Corneta;
9. Da Bandeira, Insígnias, Distintivos e Estandartes;
10. Do Compromisso dos Oficiais e Promoção ao Primeiro Posto;
11. Passagens de Comando, Chefia e Direção;
12. Das Recepções;
13. Condecorações;
14. Substituição da Guarda;
15. Substituição da Sentinela;
16. Honras de Gala, Fúnebre e Salvas;

17. Bandeira Nacional;
18. Culto à Bandeira;
19. Hasteamento em Datas Comemorativas;
20. Compromissos dos militares;
21. Passagem de Comando. Condecorações;
22. Dispositivos de Cerimonial.

#### MÓDULO II

1. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais;
2. Atribuições inerentes aos cargos;
3. Trabalho diário;
4. Substituições;
5. Situações extraordinárias da tropa;
6. Serviço Interno e formatura;

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), 9 Ed., 1974.

Regime Interno do Estado Maior da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 1 Ed., 1976.

Instruções Gerais para Aplicação do Regulamento de Continências, Honras Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (IG 10-26) – Portaria Ministerial nº 77 de 31 de janeiro de 1984.

Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Decreto nº 88.513 de 13 de julho de 1983. 1 Ed. Supervisão editorial Jair Lot. Vieira. São Paulo: Javoli.

ÉXERCITO BRASILEIRO. C-22 - **Manual de Campanha: Inspeções, Revistas e Desfiles**. Brasília-DF, 1986.

BRASÍLIA-DF. **Decreto 2.243**. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. 1997.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
910530-1	MAJ PM	IVALDO BEZERRA DA SILVA

#### DEFESA PESSOAL I

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** É o uso correto das Técnicas de Defesa Pessoal, e de imobilizações táticas, necessárias para a preservação da integridade física do policial, e de terceiros, no exercício legal de suas atribuições. Desenvolvendo técnicas básicas, quedas e rolamentos, esquivas e bloqueios, além do treinamento básico das técnicas especiais e complexas, como imobilização e condução de agressor.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Condicionamento para evitar lesões em quedas (Rolamentos)
  - 1.1. Queda para trás;
  - 1.2. Queda para frente;
  - 1.3. Queda lateral;
  - 1.4. Rolamentos.
2. Imobilizações e conduções
  - 2.1. Imobilizações com chave de braço;
  - 2.2. Imobilizações no solo;
  - 2.3. Conduções.
3. Condicionamento para defesas contra agarramentos, socos, chutes e estrangulamento, seguidas de imobilização e condução
  - 3.1. Defesas contra agarramentos frontais, por trás e laterais;
  - 3.2. Defesas contra socos frontais e laterais;
  - 3.3. Defesas contra chutes frontais e laterais;

3.4 Defesas contra estrangulamentos.

4. Avaliação Prática Somativa

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CORREA FILHO, Albano Augusto Pinto, (1986), **Manual de ataque e defesa**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar.

DUNCAN, Oswaldo. (1979), **Judô katas**, Rio de Janeiro, Tecnoprint.

LASSERRE, Robert. **Atemis e jiu-jitsu**. São Paulo, Mestre Jou. ROBERT, Luis. (1968), **O judô**. 4ª Edição, Portugal, Editorial Notícias. SHIODA, Gozo. (1991), **Dinamic aikido**. 15 Ed., Tóquio, Kodansha Internacional.

TOHEI, Koichi. (1977), **Aikido y autodefesa**. 3 Ed., Buenos Aires, Editorial Glem.

UESSHIBA, Kisshomaru. (1990), **Sikido: la practica**. Madri, Editorial Eyra.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
102519-8	CAP PM	WILSON CARLOS SILVA QUEIROZ

**DEFESA PESSOAL II**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** É o uso correto das Técnicas de Defesa Pessoal, e de imobilizações táticas, necessárias para a preservação da integridade física do policial, e de terceiros, no exercício legal de suas atribuições. Desenvolvendo técnicas básicas, quedas e rolamentos, esquivas e bloqueios, além do treinamento básico das técnicas especiais e complexas, como imobilização e condução de agressor. Na disciplina Defesa Pessoal Policial 2 será enfatizado o uso correto do bastão Tonfa na atividade policial, além do preparo do infrator para algemação pelos policiais e defesas contra ataques com emprego de armas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Imobilização e preparo para algemação

1.1. Imobilização e preparo para algemação.

2. Técnicas de defesa contra agressão com faca, bastão e contra ameaça com emprego de arma de fogo

2.1. Defesa de agressão com faca por cima;

2.2. Defesa de agressão com faca pela frente;

2.3. Defesa de agressão com faca pela lateral;

2.4. Defesa com tomada de revólver/pistola pela frente;

2.5. Defesa com tomada de revólver/pistola por trás;

2.6. Defesa contra ameaça de arma de fogo, com tomada por antecipação ao saque.

3. Técnicas de utilização do Bastão (PR-24) TONFA

3.1. Áreas de contato por nível de risco em caso de lesão (verde, amarela e vermelha);

3.2. Manuseio Básico com Tonfa;

3.3. Manuseio de Defesas com tonfa;

3.4. Manuseio de Ataques com tonfa;

3.5. Manuseio de Imobilizações e Conduções com Tonfa.

4. Avaliação Prática Somativa

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CORREA FILHO, Albano Augusto Pinto, (1986), **Manual de ataque e defesa**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar.

DUNCAN, Oswaldo. (1979), **Judô katas**, Rio de Janeiro, Tecnoprint.

LASSERRE, Robert. **Atemis e jiu-jitsu**. São Paulo, Mestre Jou.

ROBERT, Luis. (1968), **O judô**. 4 Ed., Portugal, Editorial Notícias. SHIODA, Gozo. (1991), **Dinamic aikido**. 15 Ed., Tóquio, Kodansha Internacional.

TOHEI, Koichi. (1977), **Aikido y autodefesa**. 3 Ed., Buenos Aires, Editorial Glem. UESSHIBA, Kisshomaru. (1990), **Sikido: la practica**. Madri, Editorial Eyra.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME

## PRONTO SOCORRISMO

### CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Proporcionar ao oficial da Polícia Militar de Pernambuco informações que o possibilite prestar o socorro imediato ao acidentado, garantindo suporte básico à vida até a chegada das equipes especializadas.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. Apresentação da Disciplina e Introdução ao Pronto Socorrismo

- 1.1 Compreender os objetivos da disciplina;
- 1.2 Epidemiologia, princípios do tempo de platina e tempo de ouro.

##### 2. Atributos e atribuições do socorrista

- 2.1 Conhecer os atributos básicos do socorrista e deveres.
- 2.2 Compreender quando há omissão de socorro e a necessidade de preservação do local de crime

##### 3. Segurança do ambiente e biossegurança

- 3.1 Compreender as questões da segurança ambiental para evitar novos acidentes ou expor a riscos a equipe e populares;
- 3.2 Aplicar corretamente os equipamentos e proteção individual.

##### 4. Suporte básico de vida e Avaliação Primária

- 4.1 Compreender qual o objetivo do suporte básico à vida e da avaliação primária;
- 4.2 Reconhecer situações que possam comprometer a vida do acidentado nos primeiros minutos após o acidente.

##### 5. Desobstrução das vias aéreas

- 5.1 Reconhecer os sinais e sintomas da obstrução das vias aéreas superiores.
- 5.2 Realizar manobra de desobstrução das vias aéreas. Executar a posição lateral de segurança e rolamento de vítimas.

##### 6. Reanimação Cardiopulmonar

- 6.1 Compreender o que é uma parada cardíaca.
- 6.2 Reconhecer uma parada cardiorrespiratória.
- 6.3 Realizar as manobras de reanimação cardiopulmonar em manequins de RCP utilizando o protocolo atual específico a cada faixa etária;
- 6.4 Conhecer os procedimentos da desfibrilação automática externa
- 6.5 Saber quando pode ser utilizada a cânula de Guedel;
- 6.6 Conhecer o Desfibrilador DEA

##### 7. Avaliação Secundária

- 7.1 Quantificar os sinais vitais;
- 7.2 Executar o exame cefalo-caudal;
- 7.3 Correlacionar a cinemática do trauma, com as possíveis lesões da vítima.

##### 8. Trauma músculo esquelético

- 8.1 Definir e diferenciar fratura, luxação e entorse
- 8.2 Reconhecer os sinais e sintomas sugestivos do traumatismo craniano, trauma raquimedular, trauma de tórax, trauma de abdome, trauma de pelve, trauma de extremidades.
- 8.3 Realizar imobilização de membros superiores e inferiores.

##### 9. Hemorragia e Choque hemorrágico

- 9.1 Conhecer a fisiopatologia do estado de choque hemorrágico.
- 9.2 Identificar os sinais e sintomas da hemorragia e formas de contenção.
- 9.3 Reconhecer os sinais e sintomas do choque hemorrágico e realizar curativos para hemostasia.
- 9.4 Demonstrar como prevenir o choque hemorrágico.

##### 10. Queimaduras

- 10.1 Descrever as prioridades de uma vítima queimada;

10.2 Classificar as queimaduras quanto a sua profundidade e extensão;

11. Emergências clínicas

11.1 Citar os sinais e sintomas, bem como o procedimento de emergência do ataque epilético,

11.2 Citar os sinais e sintomas do Infarto agudo do miocárdio e

11.3 Citar os sinais e sintomas do acidente vascular encefálico

12. Noções de rolamentos, elevações e transportes de vitimados

12.1 Executar os rolamentos e elevações para remoção de vítimas

13. Avaliação da Aprendizagem

13.1 Através da aplicação de uma prova prática e escrita, prevista para o último tempo do módulo de lesões traumáticas onde os alunos irão realizar atendimentos simulados. No entanto, ao longo de toda a carga horária, através da interatividade, será avaliada a evolução da aprendizagem dos discentes. Será aplicada nota individual aos discentes, sendo 70% a partir da prova escrita e 30% a partir da interação durante as aulas.

14. Estratégias de Ensino

14.1 Aulas presenciais, com utilização de técnicas de ensino mediada.

14.2 Exercícios simulados de APH, relacionados com o conteúdo específico da disciplina.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MARCONNI, Edson. **Primeiros Socorros**. Recife: O Autor, 2010.

MARCONNI, Edson. **Guia Prático de Primeiros Socorros**. Recife: O Autor, 2010.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930066-0	TC BM	EDSON MARCONNI DE ALMEIDA SILVA

#### USO DIFERENCIADO DA FORÇA

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Ao lidar com situações potencialmente perigosas e imprevisíveis os profissionais de segurança pública costumam ter muito pouco tempo para avaliar e determinar o nível de resposta apropriada ao evento que requer a sua atuação. Nesse sentido, o conhecimento técnico, treinamento e adequado aporte logístico permite que os policiais possam reagir adequadamente frente a possível ameaça e, de forma eficaz e segura responder conscientemente, angariando assim singular vantagem tática necessária à resolução de situações complexas, ainda que essas, quando necessário, exijam o emprego de algum nível de força pelo operador no exercício de suas responsabilidades profissionais. A disciplina Uso Diferenciado da Força surge para atender a necessidade da atuação policial no Estado democrático de direito, onde primordialmente trata dos princípios de ação policial militar, os quais devem perpassar pela legalidade, necessidade, proporcionalidade, conveniência e moderação. Faz parte da contextualização dos direitos humanos com a segurança pública, uma vez que regula o uso da força policial, alinhado com as normas internacionais demandadas pela Organização das Nações Unidas.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Uso da força e da arma de fogo;

1.1 Conceitos e princípios do uso da força (necessidade e limite);

1.2 Legislação pertinente ao uso da força e da arma de fogo (normas internacionais e legislações nacionais);

1.3 Estudo dos modelos de Uso Diferenciado da Força e iniciação de Técnicas de Verbalização.

2. Técnicas de Menor Potencial Ofensivo;

3. Armamento e Munição de Elastômero;

3.1 Características e princípios de uso dentro da premissa de preservação da integridade humana;

4. Agentes Químicos;

4.1 Uso dentro da progressão do uso da força;

5. Uso da Tonfa;

6. Arma de Condutividade Elétrica (Taser);

6.1 Manejo e seus aspectos técnicos;

6.2 Emprego e casos específicos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BITTNER, Egon. **A Capacidade do uso da força como função nuclear no papel da polícia. Aspectos do trabalho policial**. Coleção Polícia e Sociedade 8. São Paulo: EDUSP, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010**. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.

CANO, Ignácio. **Uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate. Crime Organizado e Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro**. Revista Arché Interdisciplinar, ano VII, n. 19, 1998.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Polícia, violência e Direitos Humanos**. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - Série cadernos de polícia - nº 20 -. Rio de Janeiro, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei: 1979**. ABILITYBR. Disponível em . Acesso em 11 de fevereiro de 2009.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Edições CAPEC, Gráfica Editora Berthier, Passo Fundo, RS, 2003.

BITTNER, Egon. **A Capacidade do uso da força como função nuclear no papel da polícia**. Aspectos do trabalho policial. Coleção Polícia e Sociedade 8. São Paulo: EDUSP, 2003.

BRASIL. Exército Brasileiro. Escola de Instrução Especializada. **Seção de Defesa Química Biológica e Nuclear**. Manual de agentes químicos. Rio de Janeiro, RJ: 1987.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria **Nacional de Segurança Pública**. Curso de técnicas e tecnologias não letais (EAD). Brasília, DF: 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso do uso progressivo da força (EAD)**. Brasília, DF: 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **Programa de Proteção Respiratória**. Brasília, DF: 1994. \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares**. Brasília, 2008. \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010**. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.

\_\_\_\_\_. Lei 13.060/2014. **Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113060.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113060.htm). Acessado em: 10.01.17. \_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em . Acesso em; 16 agosto, 2013.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos. 2009/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH/3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – ver. E atual. – Brasília: SDH/PR, 2010.

CONDOR. **Tecnologias não letais**. Disponível em: Acesso em: 11 de fevereiro de 2009.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar do Distrito Federal. **Apostila de agentes químicos do IV Curso de Operações Químicas do Batalhão de Operações Especiais**. Brasília, DF: 2006. \_\_\_\_\_. Polícia Militar do Distrito Federal. **Manual de operações de choque (M-2-PM)**. Brasília, DF: 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei: 1979.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAF): 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Princípios Orientadores para Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei: 1989.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930028-7	TC PM	REGINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO

#### GERENCIAMENTO DE CRISES

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Ao longo dos tempos, a criminalidade vem se modernizando e a violência assume índices alarmantes e, ao mesmo tempo, insuportáveis pela sociedade atual. Deste modo, o aparelhamento policial necessita prover de meios e técnicas especiais com o fito de pronto responder as ocorrências de relevo as quais podem trazer o descrédito da instituição, desmoralização do poder estatal e aumentar a sensação de insegurança do cidadão. Desta feita, torna-se premente o estudo das técnicas de gerenciamento de ocorrências especiais, denominadas crises, as quais possuem um tratamento diferenciado e consubstanciado nas mais modernas técnicas policiais do mundo. Os futuros oficiais serão, muitas vezes, gerentes (comandante da operação policial) desses eventos críticos, devem possuir os conceitos técnicos e táticos específicos nas gestões de ocorrências de alta complexidade.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Crise: conceito, características e exemplos.
2. Gerenciamento de Crise (GC): conceito, objetivos e critérios de ação.
3. Medidas de Resposta Imediata, perímetros de segurança, classificação da crise e níveis de resposta.
4. Elementos essenciais de informação, tipologias do causador e alternativas táticas.

5. Negociação: Objetivos e síndromes de Estocolmo e Londres.
6. Funções do Gerente da Crise.
7. Gabinete de Gerenciamento de Crise: Decreto nº 33.782 de 14 de agosto de 2009.
8. Estudos de casos (Caso ônibus 174 e Caso Eloá).
9. Definir o papel da negociação como solução para uma crise e conhecer seus objetivos principais.
10. Conhecer os componentes de uma equipe de negociação, bem como o papel de cada um para solucionar uma crise.
11. Conhecer as regras básicas de negociação e sua correta utilização dentro de uma crise.
12. Conhecer os principais sinais que indicam o progresso das negociações, as características principais de um negociador e os itens que podem ser negociados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAKER, Alan, **Técnicas de Comunicação**. 2 ed. Tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Clio, 2007.
- BERQUÓ, Alberto. **O Sequestro dia a dia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- CAMPOS, Márcio. **A tragédia de Eloá: uma sucessão de erros**. São Paulo: Landscape, 2009.
- COSTA, Roberto Zapotoczny Costa. **Gerenciamento de Crises em Segurança Empresarial e Seqüestros**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
- DECRETO Estadual nº 33.782/09 que Cria o Gabinete de Gerenciamento de Crise em Pernambuco.
- DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. **Gerenciamento de Crises em Segurança**. São Paulo: Sicurezza, 2000.
- \_\_\_\_\_, Wanderley Mascarenhas. **Como se Comportar Enquanto Refém**. São Paulo: Ícone, 1996.
- \_\_\_\_\_, Wanderley Mascarenhas. **Gerenciamento de Crises: Negociação e Atuação de Grupos Especiais de Polícia na Solução de Eventos Críticos**. Monografia Apresentada por Conclusão do CAO-II/95 PMESP –São Paulo: 1995.
- \_\_\_\_\_, Wanderley Mascarenhas. **Radiografia do Seqüestro**. São Paulo: Ícone, 1993.
- LANCELEY, Frederick J. **On-Scene Guide for Crisis Negotiators**. 2 ed. Boca Raton: CRC Press, 2003.
- LUCCA, Diógenes Viegas Dalle. **Alternativas Táticas na Resolução de Ocorrências com Reféns Localizados** - Monografia Apresentada por Conclusão do CAO-II/01 PMESP.São Paulo: 2002.
- MANFREDINI, Noely. RECALCATTI, Rubens. **Seqüestros: Modus Operandi e Estudos de Casos**. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- MARTINELLI, Dante P. ALMEIDA, Ana Paula. **Negociação e Solução de Conflitos: do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo**. São Paulo: Atlas, 2006.
- McMAINS, Michael J. MULLINS, Wayman C. **Crisis Negotiation:Managing Critical Incidents and Hostage Situations in Law Enforcement and Corrections**. Cincinnati: CJ Anderson, 1996.
- MELLO, José Carlos Martins F. **Negociação Baseada em Estratégia**.2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SALIGNAC, Ângelo Oliveira. **Negociação em Crises: atuação policial na busca da solução para eventos críticos**. São Paulo: Ícone, 2011.
- SOUZA, Fátima. **PCC a Facção**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- THOMPSON, Leroy. **Hostage Rescue Manual**. London: Greenhill Books, 2001.
- TOMÉ, Ricardo Lemos. **A Solução Policial e Gerenciada das Situações Críticas**. Florianópolis, 1998.
- URY, William. **Supere o Não: negociando com pessoas difíceis: como fechar grandes negócios transformando seu oponente em parceiro**. Tradução Regina Amarante. 5. ed. Rio de Janeiro: Bestseller, 2008.
- WATKINS, Michael (org). **Negociação**. Trad. Cristina de Assis Serra. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

#### FILMES SUGERIDOS:

- |  |                           |
|--|---------------------------|
| 1. Documentário Ônibus 174                       | 9. Seriado Flsh Point     |
| 2. A negociação                                  | 10. SWAT (cena inicial)   |
| 3. O negociador                                  | 11. Plano Perfeito        |
| 4. Refém   | 12. Ato de Coragem        |
| 5. Nova York Sitiada                             | 13. Dia de Cão            |
| 6. Contagem Regressiva                           | 14. Munique               |
| 7. 16 Quadras                                    | 15. Sequestro do trem 123 |
| 8. Estória Secreta da Embaixada do Japão no Peru |                           |

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
950712-4	TC PM	IVANILDO CESAR TORRES DE MEDEIROS

## PROCEDIMENTO EM OCORRÊNCIA

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Manual de Procedimento em Ocorrência/PMPE; Procedimentos Operacionais Padrão da PMPE (POPs); Constituição Federal/ 1988; Decreto 2.848, /1940 (Código Penal Brasileiro); Decreto 3.689/1941 (Código de Processo Penal Brasileiro); Decreto 3.688/ 1941(Lei das Contravenções Penais) e modificações;Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)e modificações e/ou complementos; Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento)e modificações e/ou complementos; Decreto 5.123/04 (regulamentador do Estatuto); Decreto 3.665/2000 (Regulamento de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército, R-105);Lei 11.343/2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas) e modificações e/ou complementos;Lei 7.716/1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) ) e modificações e/ou complementos; Súmula Vinculante nº 11 do STF (Uso de Algemas);

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Apresentação do Boletim de Ocorrência Policial (B.O.);
2. Instruções para o preenchimento do B.O;
3. Condições para o emprego da algema em ocorrências, em custódias e escoltas;
4. Princípios de segurança, etapas de aproximação e de preservação em locais de crime;
5. Tomadas de decisões procedimentais em ocorrências envolvendo autoridades;
6. Tipos de imunidades a que estão investidas certas autoridades;
7. Tipos e características de pessoas que estão inseridas no grupo de vulneráveis;
8. Estatuto do Desarmamento;
9. Legislação federal que trata de entorpecente, sanções criminais ao traficante e o usuário;
10. Poluição Sonora, atribuições dos agentes públicos responsáveis e sanções;
- 11.Ocorrências relacionadas a escoltas e custódias de presos;
- 12.Operações de repressão qualificadas norteadas pelo PPV;
- 13.Ocorrências relacionadas a manifestações sociais;
- 13.Tomadas de decisões frente às ocorrências de alta complexidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL- 1988 (Direitos, deveres, imunidades e outros);
- DECRETO-LEI Nº. 2.848/40 (Código Penal);
- DECRETO-LEI Nº. 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais);
- DECRETO-LEI Nº. 3.689/41 (Código de Processo Penal);
- LEI Nº. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro);
- LEINº 8072/90 (Crimes Hediondo);
- LEI Nº. 9.605/98 (Poluição Sonora);
- LEI Nº. 9.605/98 (Crimes Ambientais);
- LEI Nº. 11.343/06 (Lei de Entorpecentes);
- LEI Nº. 10.826/03 (Estatuto do desarmamento);
- LEI Nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- LEI Nº 10.259/2001 e Lei nº 9.099/95 (Crimes Eleitorais);
- Decreto 3.665/2000(Regulamento de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército, R-105);
- LEI Nº. 11.343/2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas);
- LEI Nº. 7.716/ 1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor);
- LEINº 8.906/94 (Autoridades públicas e mesmo particulares investidas de função pública);
- LEI 5970/73 (alteração de local de crime);
- LEI Nº 6.174/74 (acidentes de trânsito);
- LEI Nº. 10.826/03 (Estatuto do desarmamento);
- LEI Nº. 12.015/09 ( Crimes Hediondos);
- LEI Nº. 12.403/11 ( Proteção de Vulneráveis);
- 11ª Súmula Vinculante do STF (Emprego de Algema);

**CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
930069-4	TC PM	<b>GEOVANI AUGUSTO GOMES NASCIMENTO</b>

**LEGISLAÇÃO MILITAR ESTADUAL**

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Dar uma visão geral da Legislação Militar estadual, com foco nos direitos e deveres descritos no Estatuto e no Código Disciplinar dos Militares Estaduais.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

**MÓDULO I**

1. Direito Administrativo Disciplinar Material
  - 1.1 Da esfera de ação e competência
  - 1.2 Do conceito e especificação
  - 1.3 Do julgamento das transgressões
  - 1.4 Das normas para aplicação das penas
  - 1.5 Das normas para aplicação e cumprimento das medidas Administrativas
  - 1.6 Modificação na aplicação das penas
  - 1.7 Do comportamento militar
  - 1.8 Do cancelamento de penas e recompensa
  - 1.9 Das transgressões em espécie
    - 1.9.1 Das transgressões de natureza grave
    - 1.9.2. Das transgressões de natureza média
    - 1.9.3 Das transgressões de natureza leve

**MÓDULO II**

2. Direito dos Militares Estaduais
  - 2.1 das regras gerais. Art. 1º ao 9º da lei 6.783/74.
  - 2.2 Do ingresso na polícia militar. Art. 10 e 11 da lei 6.783/74.
  - 2.3 Da hierarquia e disciplina. Art. 12 ao 18 da lei 6783/74.
  - 2.3 Do regulamento de ética dos militares estaduais. Dec. 22.114/00
  - 2.4 Da remuneração. Art. 52 a 57 da lei 6783/74 e lei 10.426/90.
  - 2.5 Da promoção. Art. 58 e 59 da lei 6783/74; e Lc 320/15.
    - 2.5.1 Da quota compulsória. Art. 60 da lei 6783/74
  - 2.6 Dos afastamentos
    - 2.6.1 Das férias. Art. 61 da lei 6783/74 e lei 10.426/90.
    - 2.6.2 Outros afastamentos temporários do serviço.
    - 2.6.3 Das licenças
    - 2.6.4 Da licença maternidade e licença paternidade. LC 122/08.
  - 2.7 Do uniforme da Polícia Militar. Regulamento de Uniformes da PMPE. Art. 171 e 172 do Código Penal Militar; Portaria Normativa do Comando Geral nº 294, de 19 MAR 2018 e novas regulamentações.
  - 2.8 Da aquisição e porte de armas de fogo.
  - 2.9 Das situações especiais
  - 2.10 Da agregação

- 2.11 Da reversão
- 2.12 Da transferência para a reserva remunerada e os direitos adquiridos
- 2.13 Da reforma
- 2.14 Do falecimento e do extravio
- 2.15 Do tempo de serviço

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Código Disciplinar dos Militares Estaduais. Lei nº 11.817, de 24 de julho de 2000.

Estatuto dos Militares Estaduais. Lei nº 6.783, de 16 de outubro de 1974.

Regulamento de Ética. Decreto nº 22.114/00.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930036-8	MAJ PM	LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

**DIREITO PENAL MILITAR**

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Propor o estudo do Direito Penal Militar em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os Direitos Humanos, com fundamento na doutrina abalizada e posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, visando à formação e ao aperfeiçoamento dos futuros tenentes da Polícia Militar de Pernambuco, cuja cognição jurídica do Direito Penal castrense, revela-se, indispensável.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- 1. Introdução ao Estudo do Direito Penal
  - 1.1 Direito penal militar como ramo do Direito Público
  - 1.2 Direito penal militar e sua especialidade jurídica
  - 1.3 Interpretação da norma penal militar
  - 1.4 Sistematização do direito penal militar
- 2. Princípios Limitadores do Direito Penal e Aplicação da Lei Penal Militar
  - 2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana
  - 2.2 Princípio da igualdade diante da lei
  - 2.3 Princípio humanitário
  - 2.4 Princípio da individualização da pena
  - 2.5 Princípio da personalidade ou da intransmissibilidade
  - 2.6 Princípio da culpabilidade
  - 2.7 Princípio da intervenção mínima ou da subsidiariedade
  - 2.8 Princípio da fragmentariedade
  - 2.9 Princípio da proporcionalidade
  - 2.10 Princípio da proibição da dupla incriminação pelo mesmo fato
  - 2.11 Princípio da lesividade ou da ofensividade
  - 2.12 Princípio da igualdade
  - 2.13 Competência para processo e julgamento do crime militar
  - 2.14 Aplicação da lei penal militar
    - 2.14.1 Lei penal militar no tempo
    - 2.14.2 Lei penal militar no espaço
- 3. Teoria Geral do Crime e Ação Penal Militar
  - 3.1 Conceito e definição doutrinária, legal e jurisprudencial de crime militar
  - 3.2 Fato típico Militar

- 3.3 Tipo penal militar
- 3.4 Fato típico doloso
- 3.5 Tipo penal doloso
  - 3.5.1 Espécies de conduta
  - 3.5.2 Causas que excluem a conduta
    - 3.5.2.1 Resultado
    - 3.5.2.2 Nexo de causalidade
    - 3.5.2.3 Tipicidade
- 3.6 Fato típico culposo
  - 3.6.1 Tipo penal culposo
  - 3.6.2 Conduta violadora do dever de cuidado objetivo
  - 3.6.3 Resultado involuntário
  - 3.6.4 Nexo causal Previsibilidade
  - 3.6.5 Tipicidade
- 3.7 Antijuridicidade
  - 3.7.1 Causas excludentes de antijuridicidade no direito penal comum
  - 3.7.2 Causas excludentes de antijuridicidade do direito penal militar
    - 3.7.2.1 Estado de necessidade justificante
    - 3.7.2.2 Estado de necessidade coativo
    - 3.7.2.3 Legítima defesa
    - 3.7.2.4 Estricto cumprimento de dever legal
    - 3.7.2.5 Exercício regular de direito
    - 3.7.2.6 Causas supralegais ou extralegais
- 3.8 Excesso no Direito penal militar
- 3.9 Culpabilidade militar
- 3.10 Causas de exclusão da culpabilidade no Direito penal militar
- 3.11 Erro jurídico penal militar
- 3.12 Iter criminis
  - 3.12.1 Conceito e fases do iter criminis
  - 3.12.2 Conatus no Direito penal militar
- 3.13 Concurso de pessoas
- 3.14 Ação penal militar
- 4. Teoria Geral da Pena Militar
  - 4.1 Finalidade da pena no direito penal militar
  - 4.2 Doutrinas acerca da finalidade da pena no direito penal militar
  - 4.3 Espécies de pena no direito penal militar
- 5. Extinção da Punibilidade no Direito Penal Militar
  - 5.1 Morte do agente
  - 5.2 Anistia ou indulto
  - 5.3 Cotejo entre o direito penal militar x direito penal comum
- 6. Medidas de Segurança
  - 6.1 Natureza jurídica da medida de segurança
  - 6.2 Medida de segurança x Supremo Tribunal Federal
  - 6.3 Medida de segurança no Direito Penal Militar
- 7. Crimes militares em tempo de paz
  - 7.1 Crimes contra a segurança externa do país e dos crimes contra a autoridade militar

7.2 Crimes contra o serviço militar e o dever militar

7.3 Deserção, abandono de posto e outros crimes militares

7.4 Crimes contra a pessoa

7.5 Homicídio e lesão corporal

7.6 Crimes contra a honra, os crimes contra a liberdade e contra a inviolabilidade domiciliar

7.7 Crimes militares sexuais

7.8 Crimes militares contra o patrimônio (crime do furto, dano, extorsão, apropriação indébita e usura)

7.9 Crimes contra a Administração Militar (desacato, desobediência, peculato, concussão, excesso de exação e do desvio, corrupção, falsidade, contra o dever funcional).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar Comentado**. 7 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

COLETÂNEA TEMÁTICA DE JURISPRUDÊNCIA : **Direito Penal e Processo Penal/Supremo Tribunal Federal** – Brasília : Secretaria de Documentação, Supremo Tribunal Federal.

Rocha, Guilherme. **Direito Penal Militar, teoria crítica e prática**. 1 ed. Editora Método, 2015.

JÚNIOR, Dirley da Cunha. **Curso de Direito Constitucional**. 7 ed. Juspodium. 20013.

LOBÃO, Célio. **Direito Penal Militar**. 2ª ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo : Saraiva, 2015.

MIGUEL, Claudio Amin. **Elementos de Direito Penal Militar (Parte Especial)**. São Paulo: Método, 2013.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. **Manual de Direito Penal Militar**. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Ney Rodrigo Lima. **Princípio da dignidade da pessoa humana: (im)possibilidade de sua ponderação?** Olinda: Livro Rápido, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Militar Comentado**. São Paulo: RT, 2013.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
950756-6	MAJ PM	KENNEDY GONÇALVES GUERRA

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Propor uma visão constitucional do processo penal militar, a fim que os futuros oficiais atuem como agentes na busca da consolidação dos direitos e garantias individuais e coletivos.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Princípios constitucionais penais
2. Polícia Judiciária Militar
  - 2.1. Polícia Judiciária Militar
  - 2.2. Atribuições da Polícia Judiciária Militar;
  - 2.3. Inquérito Policial Militar
3. Ação Penal Militar e de seu exercício
4. Sujeitos processuais
5. Foro Militar e Órgãos da Justiça Militar Federal e Estadual
6. Medidas que recaem sobre pessoas (prisão) e liberdade provisória
  - 6.1. Prisão em flagrante delito militar;
  - 6.2. Prisão temporária militar;
  - 6.3. Prisão preventiva;
  - 6.4. Prisão do desertor;
7. Citação
8. Atos Probatórios

- 8.1. Prova. Conceito. Destinatários;
- 8.2. Produção de provas;
- 8.3. Ônus de provas;
- 8.4. Livre apreciação das provas;
- 8.5. Qualificação e Interrogatório;
- 8.6. Confissão; Declarações da vítima e depoimento de testemunhas; Acareação;
- 8.7. Reconhecimento de pessoas e coisas; Perícia; Documentos e Índícios;
9. Procedimentos
  - 9.1. Ordinário;
  - 9.2. Especiais: Deserção.
10. Nulidades

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- COIMBRA NEVES, Cícero Robson. **Manual de Direito Processual Penal Militar**. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- LOBÃO, Célio. **Direito Processual Penal Militar**. Rio de Janeiro: Método, 2009.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Militar Comentado**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- NETO, José da Silva Loureiro. **Processo Penal Militar**. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
920494-6	TC PM	VILMARDE BARBOSA DA COSTA

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Evolução Histórica e Fundamentação Teórica do planejamento estratégico: Evolução histórica das teorias administrativas, Conceituação de planejamento, estratégia e do pensamento estratégico, Conceituação de Administração Estratégica. Metodologias de diagnóstico prévio ao planejamento - Técnicas de planejamento, Missão, Visão e Valores. O processo e desenvolvimento estratégico: planejamento, controle e avaliação. Elaboração do Planejamento Estratégico – Planejamento Estratégico da PMPE, Construindo um Planejamento Estratégico de uma OME da PMPE.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Evolução Histórica e Fundamentação Teórica do Planejamento
  - 1.2 Razão para planejar;
  - 1.3 Evolução histórica das teorias administrativas e de concepção estratégica;
  - 1.4 Conceituação de planejamento;
  - 1.5 Conceituação de estratégia e do pensamento estratégico;
  - Conceito de Administração Estratégica;
  - 1.7 Conceito de Planejamento Estratégico.
2. Metodologias de Diagnóstico para Planejamento.
  - 2.1 Análise ambiental (SWOT)
  - 2.2 Técnicas de planejamento.
  - 2.3 Missão, Visão e Valores;
3. Processo e Desenvolvimento Estratégico.
  - 3.1 Conceitos de estratégia, formulação e implementação;
  - 3.2 Definição dos objetivos, estratégias e metas, plano de ação;
  - 3.3 Indicadores estratégicos, monitoramento e avaliação dos resultados.
4. Elaboração de um planejamento estratégico.
  - 4.1 Planejamento Estratégico da PMPE;
  - 4.2 Construção de um planejamento estratégico para uma OME da PMPE.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CERTO, Samuel C. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. 2 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHAVIENATO, Idalberto. **Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações**. 10ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHAVIENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 28/02/2018 SEI/MJ - 4195677 - Ementa [https://sei.mj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=5001347&infra\\_sistem... 2/2](https://sei.mj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=5001347&infra_sistem...)

FISCHMANN, Adalberto A. & ALMEIDA, Martinho R. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1991.

MINTZBERG H.; QUINN, J.B. **O processo da estratégia**. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: Conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2005.

## CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930.050-3	CEL PM	TIBÉRIO CÉSAR DOS SANTOS

## PLANEJAMENTO OPERACIONAL DE POLICIAMENTO

### CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS

**EMENTA:** A Polícia Militar dentro de seu objetivo precípuo como órgão da Segurança Pública, necessita de uma atuação eficiente e eficaz de seus policiais, para tanto é mister que se prepare alunos do Curso de Formação de Oficiais para a avaliação e execução do planejamento operacional do policiamento ostensivo, seja ele de forma geral ou especializado, assim como revesti-lo de conhecimento teórico acerca do seu papel no sistema de Defesa Social, através da atuação na elaboração de estratégias que visam a consecução de ações desempenhadas pela Corporação no Sistema de Segurança Pública, buscando sempre a manutenção da ordem pública, com foco na gestão integrada, visando obter no Estado a segurança, a ordem e o sossego no seio da sociedade, resultante da ação da Polícia Militar.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

### MÓDULO I

1. Conceitos Básicos de Policiamento ostensivo;
2. Características e Princípios do Policiamento Ostensivo;
3. Variáveis do Policiamento Ostensivo;
4. Órgãos do Sistema de Segurança Pública;
5. Desdobramento e Distribuição da PMPE;
6. Diretorias Integradas Metropolitana e do Interior;
7. Diretoria Integrada Especializada;
8. Diretoria de Planejamento Operacional e 3ª Seção do EMG.

### MÓDULO II

1. Planejamento Operacional na PMPE;
2. Níveis e Requisitos do planejamento operacional;
3. Ferramentas do planejamento PDCA;
4. Documentos de Planejamento da PMPE;
5. Programa Pacto Pela Vida e Gestão por Resultados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Constituição Federal;

Constituição do Estado de Pernambuco;

Decreto-Lei 667/69 (Organiza as Policiais Militares e Bombeiros Militares);

Decreto-Lei 88.777/69 (Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares / R-200);

Método de PDCA e DMAIC e suas ferramentas analíticas, Cristina Werkma, Ed. Saraiva;

Manual de Policiamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo;

Manual Básico de Policiamento Ostensivo – EB- IGPM;

Decreto Estadual de Pernambuco nº 41.770/15;

Portaria do Secretário de Defesa Social Nº 3985, de 29/06/2018;

Portaria do Comando Geral 582/81 – Aprova Instruções Provisórias de Estado Maior; e o

Programa do Estado de Pernambuco Pacto Pela Vida/2007;

Lei nº10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor);

Lei nº 14.133/2010 (Lei de Grandes Eventos).

**CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
2041-9	CEL PM	EDUARDO MARCELO DE ALBUQUERQUE SOUGEY

**TRABALHO DE COMANDO**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Proporcionar ao aluno conhecer a estrutura organizacional de um Estado-Maior possibilitando ao mesmo a capacidade elaborar documentos de EM, compreendendo seus elementos e grau de responsabilidades funcionais.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:**

**Unidade I: Generalidades**

1. Fundamentos do Estado Maior: Conhecer breves aspectos das origens do Estado Maior, identificar suas atribuições; conceituar os fundamentos doutrinários que regem a atividade policial militar; identificar e conceituar os princípios do Policiamento Ostensivo, e sua importância para o planejamento na Polícia Militar.
2. Estado Maior (EM): Necessidade, importância, finalidade, característica de EM de Polícia Militar, atributos e requisitos dos integrantes de EM, autoridade, responsabilidade, e funções comuns dos oficiais de EM.

**Unidade II: Organização do EM**

1. Estruturas de EM: Classificar e identificar os diversos tipos de Estado Maior; ser capaz de organizar um Estado Maior, de acordo com os princípios gerais de EM.
2. Estrutura do EM da PMPE: Conhecer a estrutura do EM da PMPE, e identificar suas peculiaridades em relação a outros EM de Polícia Militar.
3. Atribuições Funcionais: Identificar as atribuições funcionais de cada Seção do Estado Maior.

**Unidade III: Atuação do EM**

1. Ambiente: Conhecer o ambiente da Polícia Militar, o seu ambiente geral e o da tarefa.
2. Processo Decisório: Conhecer a seqüência de atividades de um trabalho de Comando.
3. Trabalho completo de Estado Maior: Ser capaz de elaborar propostas, planos e ordens; identificar os requisitos necessários à coordenação e supervisão de EM; identificar as características, e conhecer os procedimentos necessários à realização de um trabalho completo de EM.

**Unidade IV: Documentos de EM**

1. Documentos do EM: Classificar os documentos de EM, conceituar e caracterizar cada um deles; conhecer as características dos diversos documentos de EM.
2. Técnica de Redação: conhecer as regras básicas para a elaboração do texto de um documento de EM.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BANHA, Paulo da Motta (1984). **História do Estado Maior do Exército**. Bibliex. Rio de Janeiro-RJ.

BETHLEM, Agrícola (1999). **Estratégia Empresarial. Conceitos, Processo e Administração Estratégica**. São Paulo-SP: Atla.

MINTZBERG, Henry; et al. **O Processo da Estratégia - Conceitos, contextos e casos solucionados (2006)**. Porto Alegre, RS.

TONRY, Michael e MORRIS, Norval – organizadores (2003). **Policiamento Moderno**. São Paulo – SP: EDUSP.

**CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
2017-6	TEN CEL	GILDO TOMÉ DA SILVA

**ECONOMIA APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A economia consubstancia-se numa área que permeia outras áreas do conhecimento científico, tornando-se a cada dia mais presente na formação de novos gestores. A aplicabilidade de seus conceitos permitem otimizar o processo alocativo dos recursos na busca de realizar uma gestão mais eficiente além de auxiliar na análise de cenários para tomada de decisões. É primordial que o futuro oficial se aproprie dos conhecimentos básicos da ciência econômica de forma a aplicar no âmbito da realidade do setor público, agindo dentro dos cenários de contingenciamento ou austeridade, provendo o uso racional e alternativo de todos os seus recursos disponíveis.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Conceitos Básicos da Ciência Econômica e Objeto de Estudo:
  - 1.1 Sistemas Econômicos e Problemas Econômicos Básicos;
  - 1.2 Funcionamentos da Economia: Fluxo Circular da Renda;
  - 1.3. Curva de Possibilidade de Produção e o fenômeno da escassez.
2. Evolução do Pensamento Econômico
  - 2.1 Períodos Clássico e Neoclássico;
  - 2.2. Moderna Teoria Econômica e Tendências Pós-Keynes.
3. Noções de Microeconomia.
  - 3.1 Conceitos, objeto de estudo e teorias básicas;
  - 3.2 Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado.
4. Noções de Macroeconomia.
  - 4.1 Conceito e Objetivos de Política Macroeconômica;
  - 4.2. Instrumentos de Políticas Macroeconômicas e seus efeitos.
5. Papel do Setor Público na Economia;
  - 5.1 Conceitos e Funções do Setor Público na economia;
  - 5.2 Atribuições econômicas do governo e o debate do papel do setor público;
  - 5.3 Políticas Públicas para Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- MEIRELLES, D. C. (org), FEIJÓ, C. et al. **Economia: o que você precisa saber**. Rio de Janeiro: Estácio. 2014.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 18. ed. atual. eampl. São Paulo: Atlas, 2000.
- VASCONCELLOS, M. A. S. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. São Paulo: Atlas, 2008.
- RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória**. São Paulo: Atlas. 2002.

#### **CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
950657-8	MAJ PM	<b>BENÔNÍ CAVALCANTI PEREIRA</b>

### **GESTÃO POR RESULTADOS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CARGA HORÁRIA: 20 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Gestão por Resultados na Administração Pública e no Estado de Pernambuco (Histórico, Características, Normas e Aspectos Legais). Gestão de Políticas Públicas (Conceito, Classificação, Atores Políticos, Ciclo da Política Pública, Monitoramento de Resultados). A Política Estadual de Segurança Pública – Pacto pela Vida (Histórico, Características, Normas e Aspectos Legais). O Sistema de Gestão por Resultados do Pacto pela Vida (Acompanhamento, Indicadores e Bonificação). Sistema de Gestão Estratégica do Pacto pela Vida (Ciclo PDCA do Pacto pela Vida). Análise do Pacto pela Vida: Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades. As Reuniões do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Gestão de Políticas Públicas
  - 1.1 Conceito e Classificação;
  - 1.2 Atores Políticos;
  - 1.3. Ciclo de Políticas Públicas.
2. Gestão por Resultados

- 2.1 Conceitos e Ferramentas;
- 2.2. Gestão por Resultados na Administração Pública: Histórico e Características.
3. Gestão por Resultados no Governo de Pernambuco
  - 3.1 Características, normas e aspectos legais;
  - 3.2 Política Estadual de SP (Pacto pela Vida): histórico, características, normas e aspectos legais;
  - 3.3 Sistema de GR: ferramentas, apresentações e relatórios (indicadores, análises e sistema de bonificação)
4. Sistema de Gestão Estratégica do Pacto pela Vida
  - 4.1 Câmaras e Stakeholders, Comitê Gestor, Sistema de Monitoramento e Avaliação: Papel do NGR/SDS e da SEPLAG;
  - 4.2. Análise do Pacto pela Vida: Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades.
5. Visita Técnica à Secretaria de Planejamento de Pernambuco – Seplag/PE.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Ricardo; MEDEIROS, Hugo. **Apostila de Política Pública de Gestão por Resultados na Segurança Pública**. Curso de Formação de Oficiais da PMPE. Recife: CFO, 2018.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, n° 21, p. 211-259, jun. 2000.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília: MH Comunicação, 1994.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar 141, 03 de setembro de 2009** – Dispõe sobre o Modelo Integrado de Gestão do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. 2009.

\_\_\_\_\_. **Decreto 39.336, 25 de abril de 2013** – Estabelece o Valor Público como objetivo dos Programas de Estado, fixa diretrizes para a Gestão por Resultados, e estabelece a execução dos Pactos de Resultados no âmbito do Poder Executivo Estadual. 2013.

RATTON, J. L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. **O pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco**. Instituto Igarapé, Rio de Janeiro, Agosto 2014.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**, Coletânea v. 1 e 2, Brasília, Enape, 2006.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Monitoramento e Avaliação. Recife: Instituto Publix, 2014. **Coleção Cadernos de Boas Práticas de Gestão**. Volume II.

\_\_\_\_\_. Pacto pela Vida. Recife: Instituto Publix, 2014. **Coleção Cadernos de Boas Práticas de Gestão**. Volume V.

SERRA, A. **Modelo Aberto de gestão para resultados no setor público**. Natal: SEARH, 2008.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

#### CONTEUDISTAS:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
359558-7	SEPLAG	RICARDO LUIZ DE ALBUQUERQUE MOREIRA FILHO
363411-6	SEPLAG	HUGO AUGUSTO VASCONCELOS DE MEDEIROS

#### PATRULHAMENTO URBANO

**CARGA HORÁRIA: 40 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A política de Segurança Pública adotada hoje pelo Governo do Estado de Pernambuco reveste a atividade policial um caráter cada vez mais técnico e profissional. Sobretudo, o policial deve ser um promotor dos direitos humanos além de proteger a dignidade da pessoa humana, atuando como um pacificador social. A disciplina Técnicas de Patrulha Urbana possui especial importância na formação dos futuros oficiais da PMPE, pois revestem a atividade com as modernas técnicas de conduta de patrulha adotadas nas principais polícias do Brasil e do mundo. Os ensinamentos práticos e teóricos devem focar a necessidade da adequada condução armamento na proteção da sociedade e progressão em patrulha, em suas diversas formações, a fim de se atingir os objetivos estabelecidos, com observância dos princípios legais da utilização da força e dos direitos humanos. O policial deve ter a consciência que a utilização do armamento, sua correta condução em patrulha, deve ser com foco na valorização da vida tantos da população civil como no cuidado em não causar acidentes ou incidentes de tiro, assim como saber dar a resposta adequada as diversas situações que a patrulha possa se deparar, como emboscadas estando o efetivo embarcado ou á pé. Tudo isso sem esquecer o respeito aos aspectos legais e às normas de procedimentos, valendo acrescentar que a disciplina Técnicas de Patrulha Urbana se comunica transversalmente com outras disciplinas contidas no currículo acadêmico, tais como Abordagem ( pessoas, veículos e edificações) e tiro policial.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos e Classificações de uma Patrulha Urbana (08h/a)
  - 1.1. Finalidade de uma Patrulha Urbana
  - 1.2. Estudo Sumário da Missão
  - 1.3. Teoria do lanço.

- 1.4. Cobertas e Abrigos
- 1.5. Função dos componentes da Patrulha Urbana.
- 1.6. Formações de utilizadas pela Patrulha
- 1.7. Tipos de deslocamentos empregados.
2. Condutas, missões, funções e deslocamentos da Patrulha urbana(8h/a)
  - 2.1. Condutas de Patrulha Urbana;
  - 2.2. Planejamento Operacional de uma Patrulha Urbana
  - 2.3. Missões que uma Patrulha podem desempenhar;
  - 2.4. Funções Específicas de uma Patrulha composta por 8(oito) integrantes;
  - 2.5. Deslocamento ponto a ponto;
  - 2.6. Deslocamentos diurno e noturnos.
3. Técnicas em Duplas e Passagem em locais de alto risco (12h/a)
  - 3.1. Utilização de Técnicas e Duplas (siamês. Em “L” e alto/baixo);
  - 3.2. Táticas utilizadas por uma Patrulha Urbana;
  - 3.3. Passagem por becos, esquinas e cone da morte;
  - 3.4. Deslocamentos em formações diversas
  - 3.5. Patrulhamento em comunidades horizontais
  - 3.6. Patrulhamento em comunidades verticais
4. Procedimentos de Resgate de policial ferido (08h/a)
5. Avaliação Prática Somativa (04h/a)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- Manual de Abordagem da Polícia Militar de Pernambuco, 2002, PMPE, Recife.
- Manual do COTAT – Curso Operacional de Técnica de Abordagem e Tiro (2002), Recife, SDS;
- Manual de Abordagem do Curso de Ações Táticas Especiais, PMMA, São Luís, 2009.
- Manual do Curso de Operações Especiais, PMERJ, Rio de Janeiro, 2010.
- Procedimentos Operacionais Padrão, SDS, Recife, 2010.
- Constituição Federal do Brasil (1988), Brasília, Editora do Congresso.
- Código Penal, 1940.
- Código de Processo Penal, 1941
- Código de Processo Penal Militar, 1941.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
990012-8	CAP PM	CARLOS FERNANDO DE SOUZA SANTOS

**EMPREGO DE ARMAS MENOS LETAIS**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Proporcionar um conhecimento de forma ampla sobre o emprego de tecnologia de menor potencial ofensivo, adequando ao uso diferenciado da força, vindo a habilitá-lo como usuário de arma elétrica, granadas e espargidores, a fim que atuem como agentes na busca da consolidação dos direitos e garantias individuais e coletivos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Tecnologias De Menor Potencial Ofensivo De Atuação Policial
  - 1.1 Conceitos: conhecer os conceitos de tecnologias de menor potencial ofensivo;
  - 1.2 Aspectos legais do uso de técnicas e de equipamentos de menor potencial ofensivo;
  - 1.3 Classificação dos equipamentos de menor potencial ofensivo;

1.4 Tipos de equipamentos: conhecer e manusear alguns tipos de equipamentos de menor potencial ofensivo.

## 2. Técnicas de Menor Potencial Ofensivo

### 2.1 Habilitações em usuário de Arma Elétrica (Taser e Spark)

2.1.2 Arma elétrica; cartuchos e acessórios; Formas de utilização; Regras de segurança no manuseio da Arma elétrica; Formas de emprego e utilização; Precauções na utilização da Arma elétricas; Estudos médicos; Prática de manejo.

### 2.2 Habilitações em uso de granadas de menor potencial ofensivo;

### 2.3 Habilitações em usuário de Espagirdores (OC e CS)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Apostilas do curso de Uso Diferenciado da Força – SENASP;

Manual de Operadores de Armas Elétricas – TASER e SPARK

Apostila de Materiais de menor potencial ofensivo – Condor S/A.

Princípios Básicos do Uso da Força e Arma de fogo.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Matriz Curricular Nacional para Atividades Formativas dos Profissionais de Segurança Pública.

Portaria Interministerial 4.226/2010

Lei nº 13.060/2014

Curso de Uso Diferenciado da Força - Eduardo Maia Betini e Tereza Sales Duarte

## CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
940196-2	MAJ PM	CHARLTON WILTON VASCONCELOS DE ARAUJO

## ABORDAGEM A PESSOAS

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** No contexto legal dos aspectos fundados a abordagem a pessoa, consonante a fundada suspeita, pretende-se preparar o futuro oficial para atuar nas aproximações policiais a partir dos conceitos e conhecimentos técnicos e táticos imprescindíveis à abordagem policial empregada atualmente no âmbito da PMPE, em conformidade com as atribuições próprias do oficial em execução e em comando de operações, na sua modalidade a veículo.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

### 1. Aspectos Legais da Abordagem

#### 1.1 Conceito

#### 1.2 Art. 144, CF/88

#### 1.3 Poder de Polícia

#### 1.4 Discricionariedade, auto-executoriedade, coercibilidade

#### 1.5 Busca Pessoal (arts. 244 e 249, do CPP e arts. 180 a 183, do CPPM)

#### 1.6 Busca Domiciliar (art. 150, CP)

#### 1.7 Uso de Algemas (art. 234, §2º e 242, §1º, do CPPM e Súmula Vinculante nº 11, do STF)

### 2. Procedimentos na a Abordagem a Pessoa

#### 2.1 Procedimentos individuais dos policiais durante a abordagem a pessoa.

#### 2.2 Circunstâncias a ser observada durante a abordagem a pessoa.

#### 2.3 Consulta criminal a indivíduo suspeito.

### 3. Princípios da Abordagem

#### 3.1. Rapidez;

#### 3.2. Ação vigorosa;

#### 3.3. Surpresa;

#### 3.4. Unidade de Comando;

#### 3.5. Segurança;

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Manual de abordagem da PMPE.

Manual do COTAM - Curso de Operações Táticas Motorizadas (2009), PMES.

Manual de Abordagem do COESP -Curso de Operações Especiais (2011), PMMG.

Manual do COTAT – Curso Operacional de Técnica de Abordagem e Tiro (2002), Recife, SDS.

Manual do ATO – Atualização em Técnicas Operacionais do BPRp/PMPE.

POPS Secretaria de Defesa Social/2009.

Constituição Federal do Brasil (1988), Brasília, Editora do Congresso.

Código Penal

Código de Processo Penal

Código de Processo Penal Militar

BITENCOURT, R.C. (2000), *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Editora Saraiva.

JESÚS, D. E. (1995), *Direito Penal: Parte Geral*. 19 Ed., São Paulo: Editora Saraiva.

TOLEDO, F. (1994), *Princípios Básicos de Direito Penal*. 5 Ed., São Paulo: Saraiva.

\_\_\_\_\_, Guilherme de Souza. (2007), *Código Penal Comentado*. 7 Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2006), *Manual de Direito Penal: parte geral parte especial*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

## CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
960020-5	TC PM	JAIME BARBOSA DE LIMA

## ABORDAGEM A VEÍCULOS

### CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS

**EMENTA:** Na busca do aprimoramento do contexto da compreensão da aplicabilidade legal dos condutores de veículos policiais e suas particularidades, além da busca pessoal e fundada suspeita, pretende-se preparar o futuro oficial para atuar nas aproximações policiais a partir dos conceitos e conhecimentos técnicos e táticos imprescindíveis à abordagem policial empregada atualmente no âmbito da PMPE, em conformidade com as atribuições próprias do oficial em execução e em comando de operações, na sua modalidade a veículo.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Aspectos Legais da Abordagem
  - 1.2 Conceito
    - 1.2 Art. 144, CF/88
    - 1.3 Poder de Polícia
    - 1.4 Discrecionabilidade, auto-executoriedade, coercibilidade
    - 1.5 Prisão (CF/88)
    - 1.6 Busca Pessoal (arts. 244 e 249, do CPP e arts. 180 a 183, do CPPM)
    - 1.7 Busca Domiciliar (art. 150, CP)
    - 1.8 Uso de Algemas (art. 234, §2º e 242, §1º, do CPPM e Súmula Vinculante nº 11, do STF)
    - 1.9 Condução de apreendido ou detido ao xadrez da viatura
2. Procedimentos no Radiopatrulhamento
  - 2.1. Funções e procedimentos individuais dos policiais durante o serviço de radiopatrulhamento.
  - 2.2. Circunstâncias a serem observadas durante o patrulhamento
  - 2.3 Consulta veicular no acompanhamento a veículo suspeito
3. Abordagem a Veículos
  - 3.1. Posicionamento da equipe na viatura e no momento do desembarque;
  - 3.2. Abordagem a veículos de duas rodas;
  - 3.3. Abordagem a veículos de quatro rodas;

- 3.4. Condução de preso em xadrez ou no interior da viatura;
- 3.5. Abordagem a ônibus e caminhões;
- 3.6. Pontos de Bloqueio.
- 3.7. Verbalização com condutor do veículo a ser abordado;
- 3.8. Verbalização com os passageiros do veículo a ser abordado;

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Manual de abordagem da PMPE

Manual do COTAM - Curso de Operações Táticas Motorizadas (2009), PMES

Manual de Abordagem do COESP -Curso de Operações Especiais (2011), PMMG

Manual do COTAT – Curso Operacional de Técnica de Abordagem e Tiro (2002), Recife, SDS.

Manual do ATO – Atualização em Técnicas Operacionais do BPRp/PMPE.

POPS Secretaria de Defesa Social/2009.

Constituição Federal do Brasil (1988), Brasília, Editora do Congresso.

Código Penal

Código de Processo Penal

Código de Processo Penal Militar

BITENCOURT, R.C. (2000), *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Editora Saraiva.

JESÚS, D. E. (1995), *Direito Penal: Parte Geral*. 19 Ed., São Paulo: Editora Saraiva.

TOLEDO, F. (1994), *Princípios Básicos de Direito Penal*. 5 Ed., São Paulo: Saraiva.

\_\_\_\_\_, Guilherme de Souza. (2007), *Código Penal Comentado*. 7 Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2006), *Manual de Direito Penal: parte geral parte especial*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
101178-2	CAP PM	CARLOS ANDRÉ FERRAZ DA SILVA

**ABORDAGEM A EDIFICAÇÕES**

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Dentro do contexto da compreensão da Invasão de domicílio e a inviolabilidade de domicílio, além dos direitos de propriedade, pretende-se preparar o futuro oficial para atuar nas aproximações policiais a partir dos conceitos e conhecimentos técnicos e táticos imprescindíveis à abordagem policial empregada atualmente no âmbito da PMPE, em conformidade com as atribuições próprias do oficial em execução e em comando de operações, na sua modalidade da abordagem a edificações

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Aspectos Legais
  - 1.1. Art. 5º - Constituição Federal – Caso Asilo Inviolável;
  - 1.2. Art. 150 – Código Penal – Invasão de Domicílio;
  - 1.3. Justificativas legais para entrar em alguma edificação;
2. Conceitos Táticos
  - 2.1. Responsabilidade Individual;
  - 2.2. Responsabilidade Coletiva;
  - 2.3. Controle de Área;
  - 2.4. Proteções;
  - 2.5. Cone da Morte;
  - 2.6. Voz de Comando;
3. Procedimentos Básicos Iniciais
  - 3.1. Planejamento

- 3.2. Isolamento, Contenção, evacuação e Abordagem;
- 3.3. Comando e Controle;
- 3.4. Comunicação.
- 4. Técnicas de Abordagem a Edificações
  - 4.1. Métodos de Varreduras.
  - 4.2. Técnicas de Varredura (escadarias, corredores, janelas, etc).
  - 4.3. Transposição de Obstáculos.
  - 4.4. Entradas Táticas.
  - 4.5. Táticas em baixa luminosidade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Manual do COTAT – Curso Operacional de Técnica de Abordagem e Tiro (2002), Recife, SDS.

Manual do ATO – Atualização em Técnicas Operacionais do BPRp/PMPE.

POPS Secretaria de Defesa Social/2009.

Constituição Federal do Brasil (1988), Brasília, Editora do Congresso.

Código Penal

Código de Processo Penal

Código de Processo Penal Militar

BITENCOURT, R.C. (2000), *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Editora Saraiva.

JESÚS, D. E. (1995), *Direito Penal: Parte Geral*. 19 Ed., São Paulo: Editora Saraiva.

TOLEDO, F. (1994), *Princípios Básicos de Direito Penal*. 5 Ed., São Paulo, Saraiva.

\_\_\_\_\_, Guilherme de Souza. (2007), *Código Penal Comentado*. 7 Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2006), *Manual de Direito Penal: parte geral parte especial*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930044-9	TC PM	ANTÔNIO EDSON DE LIMA MENEZES

**PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME**

**CARGA HORÁRIA: 30 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Propiciar ao aluno oficial conhecimentos sobre a importância do adequado isolamento e preservação dos locais de crime para a investigação criminal e condições para que possa difundir estes conhecimentos aos seus comandados.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- 1. Estrutura e competências da Polícia Científica de Pernambuco.
- 2. Criminalística.
- 3. Perícias e Peritos.
- 4. O local de crime e suas interfaces.
- 5. Corpo de Delito
- 6. Legislação.
- 7. Prova.
- 8. Local de Crime: Conceitos Básicos.
- 9. Vestígio, evidência e indício.
- 10. Isolamento e preservação do local do crime.
- 11. Fundamentos da preservação do local do crime.
- 12. Local Imediato, Mediato e Relacionado.
- 13. O papel da Polícia Militar e da Polícia Judiciária quanto à preservação do local de crime.

14. O papel do primeiro policial.

15. Cartilha: Isolamento e Preservação do Local do crime.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

VELHO J.A. et al. **Ciências Forense: Uma introdução às principais áreas da criminalística moderna.** Millennium. 2013.

VELHO J.A. et al. **Locais de Crime: dos vestígios à dinâmica criminosa.** Millennium. 2013.

GARRIDO, R.G.; GIOVANELLI A. **Criminalística - origem, evolução e descaminhos.** Caderno Sociais Aplicadas. 2009.

TOCHETTO, D. et. al. **Tratado de Perícias Criminalísticas.** Porto Alegre: Sagra DCLuzzatto, 1995.

GARRIDO, R. G. **O aprendizado de criminalística: interações entre as modalidades formal, informal e não-formal de educação.** Saúde, Ética & Justiça. 2010;C

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
2092999	PERITO	CARLOS ANTONIO DE SOUZA

### ARMAMENTO E MUNIÇÃO

**CARGA HORÁRIA: 60 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Aprofundamento nos conceitos e classificações das armas utilizadas pela SDS-PE, bem como, aplicação de técnicas de manuseio, desmontagem e montagem desses armamentos para que possa utilizá-los nas instruções de armamento, munição e tiro policial aplicadas no âmbito da SDS-PE. Estudo do conceito e das características das munições utilizadas pela SDS-PE, bem como, aprofundamento no conhecimento das causas e consequências dos disparos oriundos das armas de fogo através da análise do estudo da balística interna, externa e terminal. Estudo das regras de segurança que são aplicadas no uso da arma de fogo quando utilizadas no cotidiano policial, bem como, durante as instruções de tiro policial a serem realizadas em estande de tiro. Estudo dos fundamentos inerentes à execução do tiro policial, aprofundando nas suas modalidades, bem como, aplicação prática dos corretos exercícios de execução dos fundamentos do tiro policial.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Características e classificações gerais das armas;
2. Conceito e classificação das armas utilizadas pela SDS-PE;
3. Conhecimento de manuseio do revólver;
4. Conhecimento de manuseio, desmontagem e montagem da pistola PT100, PT 24/7, PT 640 e PT 840;
5. Conhecimento de manuseio, desmontagem e montagem da submetralhadora SMT.40 TAURUS e MT.40 TAURUS/FAMAE;
6. Conhecimento de manuseio, desmontagem e montagem da espingarda calibre 12 CBC;
7. Conhecimento de manuseio, desmontagem e montagem do fuzil calibre 7,62 mm IMBEL; e
8. Conhecimento de manuseio, desmontagem e montagem do fuzil calibre 5,56 mm IMBEL;
9. Apresentação de armas estrangeiras.
10. Conceito e classificações das munições utilizadas pela SDS-PE;
  - 10.1 Conceito e conhecimento de estojo;
  - 10.2 Conceito e conhecimento de pólvora;
  - 10.3 Conceito e conhecimento de espoleta;
  - 10.4 Conceito e conhecimento de projétil;
11. Conceito de balística interna;
12. Conceito de balística externa;
  - 12.1 Conhecimento das forças atuantes no deslocamento do projétil;
13. Conceito de balística terminal;
  - 13.1 Conhecimento dos efeitos causados pelo disparo de armas de fogo em seres humanos;
  - 13.2 Conhecimento das características das lesões causadas por armas de fogo;
14. Recarga de munições
  - 14.1 Conhecimento de recarga de munições;
  - 14.2 Realização de recarga de munições;
15. Teste balístico.

16. Conhecimento das regras de segurança aplicadas no cotidiano da vida policial quando do uso da arma de fogo;
17. Conhecimento das regras de segurança aplicadas no estande de tiro quando da realização de instruções de tiro policial.
18. Conceito e conhecimento dos fundamentos do tiro policial;
  - 18.1 Aplicação do fundamento da posição do policial;
  - 18.2 Aplicação do fundamento da empunhadura do policial;
  - 18.3 Aplicação do fundamento da visada do policial;
  - 18.4 Aplicação do fundamento do controle da respiração do policial;
  - 18.5 Aplicação do fundamento da puxada do gatilho pelo policial; e,
  - 18.6 Aplicação do fundamento do condicionamento mental pelo policial.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. **Manual de Tiro Policial**, PMPE, Recife, 2002.
- BITTAR, Neusa Maria Esteves. **Medicina Legal e Noções de Criminalística**. 3 ed. São Paulo: editora Juspodivm, 2014.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
920493-8	TC PM	WELLINGTON BEZERRA CÂMARA JÚNIOR

**TIRO POLICIAL**

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** A disciplina se propõe a desenvolver habilidades indispensáveis ao Oficial do QOPM acerca do emprego do armamento, da munição e apetrechos no tiro policial, visando o aprimoramento técnico, a qualidade do serviço público prestado, o comandamento da tropa e respeito aos Direitos Humanos, promovendo a prática, mediante a execução do tiro policial, a partir da correção de atitudes na utilização do armamento e munição, dentro dos mais rígidos padrões de segurança, desenvolvendo o discernimento necessário à identificação dos momentos em que se faz necessário o emprego do armamento, legalmente amparado pela auto defesa própria, ou de outrem, com o fito de fazer cessar uma injusta agressão de forma eficaz e segura, tendo sempre em consideração que o armamento se trata de recurso último e extremo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Prática dos Fundamentos do tiro policial com tiro em seco e tiro real.
2. Solução de panes.
3. Técnicas de emprego de bandoleiras e Transição de armas
4. Troca tática e emergencial de carregadores.
5. Execução do Tiro Policial com as armas de fogos utilizadas no cotidiano da vida profissional das Unidades Operacionais da PMPE.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. **Manual de Procedimentos Básicos com Armamento e Munição e Técnicas de Tiro Policial**. 1. ed. – Recife: SDS/PE, 2002.
- OLIVEIRA, João Alexandre Voss. **Tiro de Combate Policial: Uma abordagem técnica**. Erechim: São Cristóvão, 2001.

**CONTEUDISTA:**

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
930056-2	TC PM	IVSON AMILCAR BOTELHO DA SILVA

**TIRO DEFENSIVO NA PRESERVAÇÃO DA VIDA (MÉTODO GIRALDI)**

**CARGA HORÁRIA: 36 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Disseminar uma nova cultura de tiro policial na preservação da vida, aos integrantes do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Pernambuco, aplicando o “Tiro Defensivo na Preservação da Vida”, “Método Giraldi” e sua “Doutrina”, habilitando o instruído a realizar o disparo da arma de fogo como última alternativa, dentro da legalidade, calcado na necessidade, na oportunidade, proporcionalidade e qualidade, não com a finalidade de matar, mas para fazer cessar ação violenta e covarde do agressor da sociedade contra a vida de alguém, promovendo no policial o entendimento de que sua arma é representação de vida, bem como ensinando-o a preservar sua vida, sua integridade e sua liberdade, bem como em respeito aos direitos humanos do policial.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

(ESTÁGIO DE USUÁRIO DE TIRO DEFENSIVO NA PRESERVAÇÃO DA VIDA – “MÉTODO GIRALDI”, COM PISTOLA SEMI - AUTOMÁTICA .40 S&W)

1. Direitos Humanos Aplicados à função policial armada:

1.1 Conduta Ética e Legal na Aplicação da Lei;

1.2 Uso da Força e de Arma de Fogo.

2. Apresentação do “Tiro Defensivo na Preservação da Vida”, “Método Giraldi” – e Doutrina:

2.1 Apresentação do “Tiro Defensivo na Preservação da Vida”- “Método Giraldi”, e “Doutrina”;

2.2 Regras de segurança no Centro de Preservação da Vida;

2.3 Princípios do tiro.

3. “Curso Básico” para usuários:

3.1 Curso Básico para Usuários - Primeira Parte;

3.2 Curso Básico para Usuários - Segunda Parte;

3.3 Curso Básico para Usuários - Terceira Parte;

3.4 Curso Básico para Usuários - Quarta Parte;

3.5 Avaliação do Curso Básico.

4. “Pista Policial de Instrução” (PPI) para usuários:

4.1 Apresentação do Centro de Preservação da Vida, CPV;

4.2 “Pista Policial de Instrução” (PPI) para Usuários – Primeira Parte – “Pista Padrão”;

4.3 “Pista Policial de Instrução” (PPI) para Usuários – Segunda Parte – “Outras Pistas”;

4.4 Pista Policial de Instrução (PPI) para Usuários – Terceira Parte – “Teatro”;

4.5 “Pista Policial de Instrução” (PPI) para Usuários – Quarta Parte – “Análise de Casos Reais”;

4.6 “Pista Policial de Instrução” (PPI) para Usuários – Quinta Parte – “Aplicação em Pleno Serviço”.

5. “Pista Policial de Aplicação” (PPA) Para Usuários:

5.1 Pista Policial de Aplicação (PPA) para Avaliar “Usuários” da Pistola;

6. “Limpeza e Manutenção da Pistola Semi-Automática .40 S&W, Equipamentos E Munição”:

6.1 Limpeza e Manutenção da Pistola Semi-automática .40 S&W, Equipamentos e Munição.

7. “Investimento e Valorização do Policial”:

7.1 Investimento e Valorização do Policial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Giraldi – Niulson:-Cel PMESP:-“Manual da Pistola Semi-automática .40 S&W – Curso para Professores e Usuários”. Capítulos.Revista “ A Força Policial” nº 29 (jan/fev/mar – 2001), Capítulo VIII, pg 47.

## CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
101075-1	CAP PM	WALMIR PEREIRA DOS SANTOS

## MANOBRAS ACADÊMICAS URBANAS

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Utilização do terreno e suas características a favor do combatente. Busca de compreensão de como se porta um Oficial no que tange ao comando, individualmente e em equipe, conforme as características do terreno, diuturnamente. Realização de marchas e estacionamentos para a aproximação e deslocamento de tropa, evitando o desgaste físico para a consecução do objetivo em condições combatíveis. O emprego em situações reais durante a atividade policial, em conformidade com as atribuições de Oficial da polícia militar durante o cumprimento do trabalho policial possibilita a existência de obstáculos os mais variados possíveis e que devem ser transpostos com segurança e rapidez de modo a não atrapalhar o cumprimento de uma operação policial. O emprego em situações reais durante a atividade policial, em conformidade com as atribuições de Oficial da polícia militar, pode necessitar do conhecimento de técnicas de sobrevivência nas matas existentes no Estado de Pernambuco que, em virtude de situações atípicas, podem vir a ocorrer em operações policiais, sendo essencial o conhecimento dessas técnicas para a manutenção da vida do oficial e de sua fração de tropa. Compreensão da importância da orientação para tropas militares, leitura e interpretação de cartas e mapas topográficos, bem como emprego de métodos e aparelhos de orientação, tais como bússola e GPS.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 Terreno:
  - 1.1 Cobertas e abrigos: reconhecimento e utilização;
  - 1.2 Observação do terreno;
2. Tática individual:
  - 2.1 Aplicação das táticas individuais;
  - 2.2 Aplicação das táticas em dupla;
3. Rastejo:
  - 3.1 Importância;
  - 3.2 Processos;
4. Acuidade Visual, Auditiva, Olfativa e Tátil;
5. Nós e Amarrações:
  - 5.1 Tipos;
  - 5.2 Manutenção;
  - 5.3 Classificação dos cabos e das amarrações;
  - 5.4 Confeção dos variados tipos de nós aliados a meios de fortuna;
6. Camuflagem:
  - 6.1 Definição e conceito de camuflagem;
  - 6.2 Utilização dos materiais próprios para camuflagem individual; e
  - 6.3 Aplicação de camuflagem individual, coletiva e de materiais.
7. Marchas e Estacionamentos:
  - 7.1 Conceitos e finalidade;
  - 7.2 Higiene Militar com influência em marchas;
8. Deslocamentos em tropa;
9. Altos guardados em tropa deslocada;
10. Equipe Precursora e de Segurança;
11. Colunas de marcha; e
12. Influência do terreno.
13. Técnicas de transposição de diversos obstáculos:
  - 13.1 Paredões e muros;
  - 13.2 Cercas naturais e artificiais;
  - 13.3 Pontes fixas e móveis;
  - 13.4 Processos de evacuação de feridos através de obstáculos.
14. Técnicas de transposição de diversos cursos de água:
  - 14.1 Aplicando o uso de embarcações;
  - 14.2 Aplicando técnicas de emprego de meios naturais;
  - 14.3 Aplicando técnicas de emprego de meios artificiais.
15. Conhecimento das matas do estado de pernambuco;
16. Conhecimento dos animais peçonhentos e venenosos existentes nas matas do estado de Pernambuco;
17. Conhecimento das técnicas de deslocamento nas matas do estado de Pernambuco;
18. Aplicação de técnicas de construção dos abrigos e proteções;
19. Aplicação de técnicas de obtenção de água e fogo;
20. Aplicação de técnicas de obtenção de alimentos de origem vegetal e animal;
21. Aplicação de técnicas de confecção de armadilhas; e
22. Exercício de sobrevivência.
23. Conceito e Finalidade;
24. Orientação pela bússola e GPS;

25. Orientação por carta;
26. Processos expeditos de orientação;
27. Exercício de orientação e navegação no terreno.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Marchas a Pé** – C 21-18 – Aprovado pela Portaria nº 053-EME, de 28 de julho de 1980.
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Transposição de Obstáculos** – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980;
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Operações e Transposição de Cursos de Água** – C 31-60 – Aprovado pela Portaria nº 110-EME, de 06 de novembro de 1996.
- Instruções Provisórias do Exército Brasileiro – **Sobrevivência na Selva** – IP 21-Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999;
- Instruções Provisórias do Exército Brasileiro – **Operações na Selva**– IP 72-1 – Aprovado pela Portaria nº 008-EME, de 05 de fevereiro de 1997;
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Minas e Armadilhas**– C 5-37 – Aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 07 de janeiro de 2000.
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas** – C 21-26 – Aprovado pela Portaria nº 025-EME, de 17 de março de 1980;
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Instrução Individual Para o Combate** – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Instrução Individual Para o Combate** – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986;
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Transposição de Obstáculos** – C 21-78 – Aprovado pela Portaria nº 044-EME, de 17 de junho de 1980;
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Camuflagem** – C 5-40 – Aprovado pela Portaria nº 135-EME, de 23 de dezembro de 2004.

#### CONTEUDISTA:

MATRÍCULA	CARGO/POSTO	NOME
950232-7	MAJ PM	JOSÉ ROGÉRIO DINIZ TOMAZ
102501-5	CAP PM	RAPHAEL PIRES DE ALBUQUERQUE

#### MANOBRAS ACADÊMICAS RURAIS

**CARGA HORÁRIA: 50 HORAS-AULAS**

**EMENTA:** Apresentar aos futuros Oficiais da PMPE em treinamento os motivos pelos quais a Companhia Independente de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga - CIOSAC, foi criada. Expor toda a evolução da condição de companhia independente para batalhão, vindo assim a ser criado o Batalhão Especializado de Policiamento do Interior - BEPI, informando o efetivo que compõe as equipes e suas várias missões desenvolvidas na Área da Caatinga, englobando o Sertão, Agreste e Zona da Mata, bem como suas primeiras operações e ocorrências de maior repercussão na qual se envolveu a Especializada ao longo dos anos. Explicar de que forma devem ser realizados deslocamentos a pé pela Caatinga, evitando o desgaste do efetivo ao chegar no objetivo, praticando também a execução de marchas e estacionamentos neste tipo de bioma. O emprego das operações rurais em situações reais durante a atividade policial, em conformidade com as atribuições de Oficial a serem desempenhadas, desenvolverão habilidades no patrulhamento rural para atuação individual e coletiva no terreno, por parte do policial nessas operações, compreendendo conceitos e aplicabilidades básicas do bioma específico, além da importância da noção de sobrevivência neste tipo de ambiente.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Histórico do BEPI:
  - 1.1. Criação da CIOSAC;
    - 1.1.1. Objetivos da fundação da Especializada;
  - 1.2. Crescimento Operacional e transformação para BEPI;
  - 1.3. Distribuição do efetivo nas quatro companhias do BEPI;
  - 1.4. Missões específicas do BEPI;
  - 1.5. Operações relevantes do BEPI;
  - 1.6. O Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga;
    - 1.6.1. Principais etapas do CIOSAC.
2. Técnicas de Patrulha Rural:
  - 2.1. Patrulha Rural;
  - 2.2. Conceito e classificações;
  - 2.3. Diferenças entre Patrulha Urbana e Rural;
  - 2.4. Nomenclatura e funções dos integrantes da Patrulha Rural;

- 2.5. Os equipamentos dos componentes da patrulha e o terreno em que atuam;
- 2.6. Técnicas de Ação Imediata das Patrulhas Rurais;
- 2.7. Importância da formação em linha na patrulha;
- 2.8. Transposição de pontos críticos (cercas e estradas vicinais);
- 2.9. Procedimentos para chegada a edificações isoladas.
3. Técnicas de rastreamento e contra-rastreamento:
  - 3.1. Técnicas de rastreamento;
  - 3.2. Contagem de passos;
  - 3.3. Análise do terreno;
  - 3.4. Progressão sobre rastros;
  - 3.5. Técnicas de contra-rastreamento.
4. Marchas e Estacionamentos:
  - 4.1. Marcha;
    - 4.1.1. Conceitos e finalidade;
    - 4.1.2. Tipos;
    - 4.1.3. Velocidade e tempo;
    - 4.1.4. Formação do efetivo;
    - 4.1.5. Equipe precursora e de segurança;
    - 4.1.6. Colunas de marcha;
    - 4.1.7. Influência do terreno;
  - 4.2. Estacionamentos:
    - 4.2.1. Conceitos e finalidade;
    - 4.2.2. Tipos;
    - 4.2.3. Altos horários;
  - 4.3. Exercício prático de marchas em área de Caatinga.
5. Técnicas de Sobrevivência na Caatinga:
  - 5.1. Classificação e construção dos abrigos na Caatinga;
  - 5.2. Conhecimento da fauna e flora da Caatinga;
  - 5.3. Técnicas de obtenção de água e fogo na Caatinga;
  - 5.4. Técnicas de como obter alimentos de origem vegetal e animal da Caatinga;
  - 5.5. Confeção de armadilhas;
  - 5.6. Exercício prático de Sobrevivência na Caatinga.
6. Exercício Simulado de Operações Rurais;
  - 6.1. Os alunos oficiais irão colocar em prática nesse momento todo o conteúdo ministrado.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BG. nº 173 de setembro de 1997.
- Portaria nº 196 da Secretaria da Fazenda datada de 22 de setembro de 2004, tornando-se uma Unidade Operacional Especializada da PMPE.
- Lei 15624 de 21 de outubro de 2015, legisla sobre a criação do BEPI.
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Patrulha** – C 21-75 – Aprovado pela Portaria nº 033-EME, de 09 de julho de 1986.
- Manual de Patrulha Urbana do Curso de Ações Táticas Especiais, PMMA, São Luís, 2009.
- Manual do Curso de Operações Especiais, PMERJ, Rio de Janeiro, 2010.
- Manual de Patrulhamento Rural da CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010.
- Manual de Campanha do Exército Brasileiro – Sobrevivência na Selva – IP 21-80 – Aprovado pela Portaria nº 078-EME, de 09 de setembro de 1999.

Manual do Curso de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga, CIOSAC, PMPE, Custódia, 2010.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Marchas a Pé** – C 21-18 – Aprovado pela Portaria nº 053-EME, de 28 de julho de 1980.

Manual de Campanha do Exército Brasileiro – **Instrução Individual para o Combate** – C 21-74 – Aprovado pela Portaria nº 012-EME, de 07 de março de 1986.

**CONTEUDISTA:**

<b>MATRÍCULA</b>	<b>CARGO/POSTO</b>	<b>NOME</b>
980019-0	MAJ PM	<b>ARISTÓTELES CÂNDIDO DE OLIVEIRA</b>
102531-7	CAP PM	<b>THIAGGO JACKSON ARAÚJO</b>



Documento a

**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO**

Rua São Geraldo, 111 - Bairro Santo Amaro, Recife/PE - CEP 50040-020, Telefone: (81)31835098